

Eleições presidenciais de 2002 no Brasil: uma nova geografia eleitoral?*

Cesar Romero Jacob
Dora Rodrigues Hees
Philippe Waniez
Violette Brustlein

1. Introdução

A disputa presidencial de 2002 apresentava aos dois principais partidos políticos concorrentes, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT), alguns importantes desafios para que pudessem alcançar a vitória nessas eleições. Para o PSDB seria indispensável manter as alianças bem sucedidas com as forças *conservadoras*, responsáveis pelas vitórias eleitorais de Fernando Henrique Cardoso em 1994 e 1998, e, para o PT, seria fundamental romper o limite de um terço dos votos que os candidatos de esquerda, Luiz Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola, obtiveram no país, como rivais ou aliados, nas eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998.

Além de se pretender analisar os desafios do PSDB e do PT, procurou-se também examinar possíveis modificações na geografia eleitoral brasileira em 2002. Como se sabe, os estudos realizados, com base no mapeamento dos resultados das eleições de 1989, 1994 e 1998, demonstraram que determinadas áreas do país apresentaram comportamentos eleitorais que se mantiveram regulares nessas três eleições consecutivas¹. De fato, a identificação de estruturas territoriais relativas a padrões de comportamento político, ao longo do tempo, foi capaz de

revelar tendências ideológicas do eleitorado. Assim, uma vez que Fernando Collor de Melo e FHC foram apoiados pela direita e Lula pela esquerda, pode-se perceber que, em certas regiões, o eleitorado tende claramente a votar de forma *conservadora*, enquanto noutras, de modo *progressista*. Nesse sentido, Collor e FHC alcançaram seus mais elevados percentuais, sobretudo, num vasto espaço no interior do país, enquanto Lula obteve suas melhores votações, principalmente, num grande número de capitais estaduais.

Assim, neste artigo, vamos investigar a distribuição espacial dos votos, não só dos candidatos do PSDB, José Serra, e do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, mas também dos dois outros concorrentes mais importantes, Anthony Garotinho, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), e Ciro Gomes, do Partido Popular Socialista (PPS), procurando avaliar, através do mapeamento dos resultados eleitorais de 2002², se houve ou não mudanças na geografia eleitoral brasileira, em relação aos padrões já identificados nas eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998. Para cada um dos candidatos foram mapeados três indicadores: o número de votos obtidos, a porcentagem em relação aos votos válidos e o número de pontos ganhos ou perdidos em relação à eleição presidencial anterior de 1998 (menos para Garotinho, quanto ao terceiro indicador).

O nível de observação adotado para os mapas do Brasil é o das microrregiões geográficas. Em número de 558, elas foram delimitadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a fim de se constituírem num nível territorial intermediário entre os 5 500 municípios (difíceis de serem representados graficamente, para o conjunto do país) e os 26 Estados da Federação (grandes demais para permitirem uma análise detalhada do território nacional).

Acrescenta-se a essa análise do Brasil, por microrregião, um estudo sobre o município do Rio de Janeiro, com base em suas zonas eleitorais. O objetivo dessa análise é o de realizar um *zoom* sobre a cidade, a fim de investigar, através de um exame mais detalhado, a diversidade de comportamentos eleitorais existentes numa grande metrópole do país. Portanto, cabe lembrar que os nomes citados ao longo do texto fazem referência às microrregiões, para os mapas do Brasil, e aos bairros, para os mapas da cidade do Rio de Janeiro.

2. As eleições presidenciais no Brasil

Ao se analisar as eleições presidenciais de 2002, no Brasil, um aspecto que chama a atenção, de imediato, é o significativo aumento da porcentagem dos votos válidos, em relação à eleição de 1998, uma vez que ela passou de 81,3% para 89,6%. Apesar deste progresso, o mapa com a porcentagem dos votos válidos em relação ao número de votantes apresenta um padrão muito estável,

da eleição de 1998 para a de 2002. Assim, a Região Nordeste continua a apresentar percentuais nitidamente inferiores aos da média nacional, com exceção das capitais estaduais (Fig. 1, p. 307). A permanência desta estrutura espacial não causa surpresa, uma vez que ela está ligada ao nível de alfabetização de sua população. Observa-se assim que a distribuição espacial da alfabetização apresenta uma configuração semelhante à dos votos válidos (Fig. 2, p. 307).

No entanto, observando-se o mapa da diferença entre as porcentagens de votos válidos de 2002 e as de 1998, constata-se uma situação bastante alentadora. Na verdade, o mapa revela que as microrregiões caracterizadas por baixos índices de votos válidos estão em vias de recuperar o seu atraso (Fig. 3, p. 308). Isto ocorre de maneira muito expressiva em Goiás, mas também em grande parte do Nordeste. Em contrapartida, no Distrito Federal, Tocantins e Maranhão, observa-se que o aumento dos votos válidos foi muito pouco significativo, da eleição de 1998 para a de 2002.

Algumas razões poderiam explicar essa melhoria observada em 2002: a urna eletrônica, de fácil utilização, mesmo por eleitores com baixo nível de escolaridade; a campanha eleitoral, muito disputada entre os quatro principais candidatos; e o papel da mídia, sobretudo da televisão, que promoveu um amplo debate sobre a sucessão de FHC. Tais fatores podem ter reforçado a motivação dos eleitores, reproduzindo uma situação semelhante, desse ponto de vista, à de 1989, a primeira eleição presidencial depois de 21 anos de ditadura militar, quando a porcentagem de votos válidos atingiu 93,5%.

2.1Luiz Inácio Lula da Silva

Na sua quarta tentativa de chegar à Presidência da República, Lula obteve votação expressiva em todas as regiões do país (Fig. 4, p. 309). Venceu em todas as capitais estaduais, como mostra a Tabela 1, obtendo uma confortável maioria no primeiro turno, em Salvador (73,7%), Teresina (60,4%), João Pessoa (60,1%), Florianópolis (59,9%), Belo Horizonte (58,4%), Aracaju (56,2%), Curitiba (55,1%), Fortaleza (54,5%), Manaus (52,6%) e Palmas (52,2%).

TABELA 1

Votos válidos para os quatro principais candidatos nas capitais dos Estados e no Distrito Federal.

Capitais	Válidos	Lula %	Serra %	Garotinho %	Ciro %
Porto Velho	164 378	48.8	13.6	23.8	13.0
Rio Branco	134 508	47.9	13.5	21.6	16.8
Manaus	688 811	52.6	10.2	24.3	12.2
Boa Vista	104 005	46.4	11.1	25.3	16.6
Belém	685 421	46.9	18.1	22.8	11.6
Macapá	142 223	50.0	7.9	25.6	15.8
Palmas	79 228	52.2	20.3	17.9	9.4
São Luís	402 778	56.4	4.1	26.2	12.6
Teresina	337 206	60.4	11.7	16.5	11.2
Fortaleza	1 032 087	54.5	2.8	9.6	32.8
Natal	347 709	51.3	13.3	22.0	12.9
João Pessoa	296 011	60.1	13.5	16.9	9.1
Recife	771 996	50.5	21.7	19.8	7.6
Maceió	320 378	38.5	17.1	29.0	14.8
Aracaju	240 489	56.2	9.3	20.4	13.2
Salvador	1 119 879	73.7	4.6	14.2	7.0
Belo Horizonte	1 335 950	58.4	13.4	17.7	9.9
Vitória	180 851	46.3	20.5	23.3	9.3
Rio de Janeiro	3 443 815	47.2	10.7	30.6	10.6
São Paulo	5 853 886	42.0	30.7	13.8	12.8
Curitiba	940 990	55.1	22.8	12.8	8.7
Florianópolis	211 025	59.9	21.6	8.6	8.9
Porto Alegre	830 140	46.0	31.5	10.0	11.8
Campo Grande	357 245	39.3	25.3	18.6	16.3
Cuiabá	263 936	49.6	20.3	16.6	13.3
Goiânia	611 097	42.7	23.7	21.5	11.7
Brasília	1 208 415	49.1	16.8	18.3	15.3

Além do seu excelente desempenho nas capitais, Lula obtém igualmente bons resultados no interior dos estados, em várias regiões rurais e em cidades médias, sobretudo de Minas Gerais, Bahia, Santa Catarina e Paraná (Fig. 5, p. 310).

Particularmente no oeste de Santa Catarina e no sudoeste do Paraná, Lula já apresentava boas votações desde o segundo turno da eleição presidencial de 1989. Trata-se de regiões onde a pequena produção agrícola tem sofrido com a concentração da propriedade da terra e com o êxodo rural, resultado, em grande parte, da expansão da cultura da soja. Estas transformações levaram à mobilização de muitos pequenos produtores agrícolas e trabalhadores rurais sem terra, vítimas do processo de modernização da agricultura. Assim, a plataforma política de

Lula, incluindo um importante capítulo dedicado à Reforma Agrária, explicaria o sucesso encontrado pelo candidato nessas regiões.

Já o bom desempenho de Lula em Minas Gerais e na Bahia traduz mudanças no comportamento do eleitorado, uma vez que, nas eleições anteriores, a votação no candidato do PT se restringia, basicamente, às capitais estaduais e às áreas industriais desses estados. O aumento de sua votação se deve, em grande parte, ao apoio do governador Itamar Franco, de Minas Gerais, e do senador Antônio Carlos Magalhães, da Bahia, ao candidato do PT. Como se sabe, esses dois importantes líderes políticos romperam com FHC, durante o seu segundo mandato (1999-2002), recusando-se assim a dar sustentação ao candidato oficial, José Serra.

Na Amazônia, cabe destacar as boas votações alcançadas por Lula no Acre, onde ocorrem, desde os anos oitenta, lutas ecológicas por um desenvolvimento sustentável, lideradas inicialmente pelo seringueiro Chico Mendes, assassinado em 1988. Em decorrência dessas lutas, o PT chegou ao governo estadual, com a vitória de Jorge Viana, em 1998, reeleito em 2002.

Para atingir 46,4% dos votos válidos no primeiro turno das eleições presidenciais de 2002 (Fig. 7, p. 311), Lula ampliou suas votações em regiões onde ele obtinha habitualmente resultados medíocres. Assim, em comparação com 1998, ele ganha mais de 25 pontos percentuais de votos válidos em diversas microrregiões de Minas Gerais, Espírito Santo, Tocantins, Mato Grosso e Roraima (Fig. 6, p. 310). O avanço de Lula enfraquece também os *feudos* da direita em Goiás, Bahia e Piauí, onde os ganhos se situam, freqüentemente, entre 15 e 25 pontos. O *efeito Lula* chega também ao sertão de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. De fato, uma característica importante da nova geografia do voto no Brasil é a mudança do comportamento eleitoral em diversas regiões do interior do Nordeste, como, por exemplo, Bom Jesus da Lapa e Barreiras, no oeste da Bahia, que, em 2002, votaram maciçamente em Lula.

Ao contrário dessa tendência de crescimento, que se verifica no conjunto do país, Lula recua na maior parte do Estado do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, estados em que ele alcançou boas votações na eleição de 1998. As perdas, no entanto, são desiguais: -2,1 pontos na microrregião do Rio de Janeiro, -4,6 na dos Lagos e -18,6 na de Campos, no Estado do Rio de Janeiro. No Rio Grande do Sul, o decréscimo ultrapassa, freqüentemente, 5 pontos e, às vezes, 10: -12,9 em Pelotas, - 11,3 em Santa Maria, -7,2 em Porto Alegre, -5,7 em Passo Fundo e -5,1 em Ijuí. Este movimento, em desacordo com a tendência nacional, exige que se indague sobre as suas causas. Seria uma manifestação de descontentamento proveniente de eleitores decepcionados com a gestão do PT nos governos do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul? Ou, ainda, a mudança de uma parte do eleitorado *progressista* em direção a outros candidatos de esquerda?

A explicação para esse nítido recuo de Lula, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, deve ser buscada na divisão das forças de esquerda. Sabe-se que na campanha eleitoral de 1998, o Partido Democrático Trabalhista (PDT), de Leonel Brizola, e o Partido Socialista Brasileiro (PSB), de Miguel Arraes, estiveram unidos em torno do candidato do PT. Já em 2002, enquanto Brizola apoiou Ciro, Arraes sustentou a candidatura de Garotinho, tomando, então, os antigos aliados rumos diferentes na disputa presidencial.

Além da divisão, no plano nacional, entre os principais líderes de esquerda, no Rio de Janeiro a transferência de Garotinho do PDT para o PSB, no começo de 2001, lhe permitiu criar uma poderosa máquina partidária em apoio à sua candidatura, o que enfraqueceu, naturalmente, o desempenho de Lula no território fluminense. Já no Rio Grande do Sul, o retrocesso de Lula está ligado não só ao apoio de Brizola a Ciro, mas também a problemas locais do PDT com o PT. Com efeito, o partido de Brizola integrou uma ampla frente, que reuniu tanto partidos de esquerda, quanto de direita, com o objetivo de impedir mais uma vitória de um candidato do PT ao governo gaúcho.

2.2 José Serra

José Serra, candidato do presidente Fernando Henrique Cardoso nas eleições presidenciais de 2002, obtém somente 23,2% dos votos válidos no primeiro turno, ou seja, a metade do percentual alcançado por Lula (Fig.7, p. 311). O mapa dos votos alcançados por Serra (Fig. 8, p. 311), quando comparado com o do candidato do PT, revela uma fraca votação, que traduz o seu mau desempenho no conjunto do país. Serra sai-se bem, basicamente, no agreste de Pernambuco e da Paraíba, no sul do Piauí e no nordeste de Minas Gerais, regiões rurais, de modo geral, estagnadas economicamente (Fig. 9, p. 312). Obtém bons resultados ainda nas áreas de *frente pioneira* de Mato Grosso, Tocantins e Pará, tradicionalmente *conservadoras*.

Em contrapartida, Serra apresenta percentuais muito fracos em estados que antes haviam dado sustentação a candidatos apoiados pela direita, como Collor e FHC, sobretudo Maranhão, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e, de uma maneira geral, a Amazônia. Em relação às votações alcançadas por FHC em 1998, o declínio de Serra se manifesta em todo o país: ele perde pontos em todas as microrregiões, com exceção de uma, Não-Me-Toque, no Rio Grande do Sul. É principalmente nos estados mencionados acima que ele apresenta as maiores reduções em seus percentuais (Fig. 10, p. 312).

Este resultado traduz não só a incapacidade de Serra de obter o apoio de líderes políticos regionais, mas também as dificuldades de FHC em manter as alianças com as forças *conservadoras* que viabilizaram a sua eleição em 1994 e 1998. Apesar de FHC ter ganho as eleições em 1998, o decréscimo nas suas médias em

17 estados, de uma eleição para outra, já indicava a existência de problemas com algumas elites regionais, como as de Minas Gerais e do Ceará.

Assim, se, em 1994, a vitória de FHC foi facilitada, em grande parte, pelo excelente desempenho que conseguiu nesses dois importantes colégios eleitorais do país, em 1998, verificam-se fortes reduções dos seus percentuais em Minas Gerais e no Ceará, em decorrência das suas divergências políticas com Itamar Franco e Ciro Gomes. Em 2002, o candidato de FHC à Presidência, além de não ter conseguido superar tais divergências, encontrou forte resistência ao seu nome, por parte de lideranças *conservadoras* de vários estados, como os senadores Antônio Carlos Magalhães, da Bahia, e José Sarney, do Maranhão. Esses problemas enfrentados por Serra durante a sua campanha explicam, de certa forma, o seu fraco desempenho nas eleições de 2002.

2.3 Anthony Garotinho

Com 17,9% dos votos válidos, Anthony Garotinho, ex-governador do Estado do Rio de Janeiro, representa um fenômeno político importante, na medida em que seu desempenho eleitoral está associado, em grande parte, a um fato novo (em termos de opção religiosa) que vem ocorrendo, hoje, no Brasil: o crescimento dos evangélicos pentecostais. Com efeito, Garotinho, evangélico declarado, que recebeu o apoio explícito dos pentecostais, soube aproveitar a importância crescente dos grupos evangélicos no país para aumentar o seu peso político.

Sabe-se que o número de pentecostais mais do que dobrou entre os recenseamentos demográficos de 1991 e 2000, passando de 8,2 para 18 milhões de habitantes. Ainda que se possa questionar sobre a capacidade da *galáxia* pentecostal de se organizar politicamente, não se pode deixar de reconhecer que ela fez de Garotinho o seu candidato, na eleição presidencial de 2002.

Se o número de pentecostais em idade de votar é avaliado em cerca de 10 milhões, e sem se afirmar que todos os pentecostais votam em Garotinho, nem que todos os votos de Garotinho provêm dos pentecostais, observa-se que o candidato foi muito além de sua base confessional, ao obter mais de 15 milhões de votos. Seu principal reduto eleitoral, o Estado do Rio de Janeiro, lhe deu, nessas eleições, quase 2,5 milhões de votos, ou seja, 16% desse total nacional. O Estado de São Paulo lhe trouxe um milhão de votos e o resto ele obteve, principalmente, nas capitais estaduais (Fig. 11, p. 313).

Em termos relativos, Garotinho está presente na maior parte do país (Fig. 12, p. 314), mas é no interior do Nordeste que ele se mostra mais fraco. O mapa da distribuição dos seus votos guarda muita semelhança com o dos pentecostais (Fig. 13, p. 314), sobretudo nas regiões Centro-Oeste e Norte, onde a boa implantação

das igrejas pentecostais se traduz numa expressiva votação em Garotinho, acima de sua média nacional. Observa-se um fenômeno dessa mesma natureza no leste de Minas Gerais, na fronteira com o Espírito Santo, e no nordeste do Paraná, no limite com São Paulo.

No entanto, o sucesso de Garotinho no Rio de Janeiro não se explicaria somente pela presença dos grupos pentecostais no estado. Sabe-se que Garotinho, antes de ser candidato à presidência, foi prefeito de Campos, no norte fluminense, secretário de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, no governo de Leonel Brizola, no começo dos anos 1990, e governador de 1999 a 2002. Eleito governador em 1998, pelo PDT, Garotinho rompe com Leonel Brizola no começo de 2001 e se transfere para o PSB, com o objetivo de viabilizar a sua candidatura à Presidência da República. Ao se transferir, além de levar para o PSB 32 dos 34 prefeitos eleitos pelo PDT, em 2000, conquista para a sua nova agremiação prefeitos eleitos por outras legendas, criando, desta forma, uma sólida máquina partidária no território fluminense.

Assim, pode-se pensar que uma parte do eleitorado, fiel a Brizola até às eleições de 2000, tenha votado em Garotinho, seguindo a orientação de ex-líderes pedetistas, que se transferiram para o PSB, e sustentaram o candidato no seu projeto de chegar à Presidência. Portanto, o apoio dos pentecostais e de antigos pedetistas fez de Garotinho, sem dúvida, o homem-chave da eleição de 2002 no Estado do Rio de Janeiro.

2.4 *Ciro Gomes*

Ciro Gomes obteve 12% dos votos válidos em 2002, percentual semelhante ao de 1998 (11%), expressando um aumento modesto na sua votação, de uma eleição para outra. O antigo governador do Ceará não conseguiu estender a sua influência além das fronteiras do seu estado (Fig. 14, p. 315), particularmente em direção às Regiões Sudeste e Sul do país, onde se concentram 60 % do eleitorado brasileiro. Na maior parte do Ceará, ele obtém um amplo apoio, com porcentagens que atingem, às vezes, 70% dos votos válidos (Fig. 15, p. 316), como em Sobral, sua principal base eleitoral no estado. Já em Fortaleza, capital da qual foi prefeito, ele tem seu percentual reduzido em relação ao de 1998 (Fig. 16, p. 316).

O candidato do PPS conseguiu ainda obter boas votações no interior do Nordeste, particularmente na Bahia e no Maranhão, estados onde contou, respectivamente, com o apoio dos senadores Antonio Carlos Magalhães e José Sarney, que, rompidos com FHC, recusaram-se a dar sustentação ao candidato oficial, José Serra. Além do Nordeste, *Ciro* alcança boas votações ainda no Amazonas, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, estados que, no entanto, apresentam fracas densidades de população e, por isso, não são muito expressivos em

termos eleitorais. As boas votações obtidas por Ciro, no Amazonas e em Mato Grosso, devem-se, em grande parte, ao bom desempenho de Eduardo Braga e Blairo Maggi, que se elegeram governadores desses estados, pelo PPS, em 2002.

A comparação entre os mapas de 1998 e 2002 revela um recuo relativo de Ciro em importantes Estados da Federação, como Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina. Todas essas perdas fizeram com que Ciro, que se apresentava como uma *terceira via*, quer dizer, uma alternativa às forças políticas dominantes, representadas, de um lado, por FHC e o PSDB, e, de outro, por Lula e o PT, seja um dos grandes perdedores da eleição presidencial de 2002, ao lado de José Serra.

2.5 A vitória de Lula no segundo turno

Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito, de forma espetacular, por ocasião do segundo turno, com 61,3% dos votos válidos, com uma diferença confortável de 22,6% pontos percentuais em relação a José Serra, com 38,7%. O mapa de Lula no segundo turno (Fig. 17, p. 317) se assemelha, naturalmente, ao do primeiro, mas observam-se algumas diferenças importantes (Fig. 5, p. 310). O norte do Ceará e a maior parte do Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, se colocaram fortemente a favor de Lula, atendendo assim aos apelos de Ciro e Garotinho, respectivamente, para que os seus eleitores votassem no candidato do PT.

Se a transferência de votos fosse perfeita, o segundo turno seria uma mera formalidade, e Lula poderia chegar a 76,8% dos votos válidos, uma vez que os quatro candidatos derrotados lhe declararam apoio. No entanto, o candidato do PT teve 61,3%, ou seja, registrou uma diferença a seu favor de *apenas* 15 pontos percentuais, em relação ao primeiro turno. Mas, ainda que isto não altere o resultado final da eleição, a não-transferência de votos no segundo turno é uma questão que merece ser mais bem examinada.

Assim, os números mostram que os 30% de votos obtidos por Garotinho, Ciro, José Maria, do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) e Rui Costa, do Partido da Causa Operária (PCO) se dividiram em duas partes mais ou menos iguais, uma vez que cada um dos candidatos, Lula e Serra, obteve um aumento na sua votação, no segundo turno, em torno de 15 pontos percentuais. Poder-se-ia pensar que parte dos eleitores que votaram em Garotinho e Ciro se decidiu, no segundo turno, com independência em relação à orientação dos seus candidatos, no primeiro.

O mapa da diferença entre a transferência de votos teórica e a transferência real, do primeiro para o segundo turno (Fig. 18, p. 317), mostra com clareza que o comportamento dos eleitores nesta situação de segundo turno, pouco freqüente no Brasil, é diferenciada do ponto de vista geográfico. As Regiões Sudeste e Sul

aparecem bem *disciplinadas* no conjunto do país, acompanhando os apoios de Garotinho e Ciro a Lula. Apesar disso, algumas microrregiões do Estado do Rio de Janeiro não seguiram essa orientação, mas isto não parece muito relevante, mesmo se comparado ao rigor das transferências que se observaram, por exemplo, em Minas Gerais.

Ao contrário do Sudeste e do Sul, a maior parte do Nordeste e da Região Norte se destacou do resto do país pela grande volatilidade dos votos, do primeiro para o segundo turno, o que acabou beneficiando Serra. Este é principalmente o caso do Maranhão e de grande parte do Ceará e da Bahia. Rondônia e Amazonas mostraram também essa mesma tendência.

A diferenciação espacial da transferência de votos, entre o primeiro e o segundo turno, encontra sua explicação em fatores políticos diversos. Assim, a situação do Maranhão, estado controlado pelo Senador José Sarney, há cerca de quarenta anos, mostra a persistência do peso das oligarquias nordestinas. Sabe-se que Sarney rompeu com FHC, no começo do ano de 2002, em razão dos acontecimentos que inviabilizaram a candidatura à Presidência de sua filha, Roseana Sarney³.

No primeiro turno, a família Sarney repartiu o seu apoio entre os candidatos mais importantes, com exceção de Serra. Já no segundo, apesar de José Sarney ter declarado apoio ao candidato do PT, os demais membros da sua família não seguiram, aparentemente, a orientação do *chefe do clã* de votar em Lula. Assim, como Serra ganhou 29 pontos percentuais, de um turno a outro, pode-se pensar que parte da família Sarney tenha sustentado o candidato *tucano*, ainda que de maneira não explícita. Desse modo, o *clã* dos Sarney, *não colocando todos os ovos na mesma cesta*, garantiria a possibilidade de uma recomposição com o PSDB, em caso de vitória de Serra.

No Ceará e na Bahia, estados onde Ciro havia obtido boas votações no primeiro turno, os eleitores não acompanharam a orientação do candidato do PPS de dar o seu apoio a Lula. No Ceará, a disputa acirrada pelo governo estadual, entre Lúcio Alcântara, do PSDB, e José Airton, do PT, contribuiu, sem dúvida, para a divisão do eleitorado de Ciro. Tal situação pode ser atribuída à própria posição ambígua de Ciro, pois, ao mesmo tempo em que apoiava o candidato do PT, à Presidência da República, sustentava o candidato do PSDB ao governo do estado.

Na Bahia, parte do eleitorado *conservador* não seguiu as recomendações do senador Antônio Carlos Magalhães em favor de Lula, não aceitando assim votar numa personalidade de esquerda, mesmo que na sua atual versão moderada, o *Lula light*. Portanto, os progressos esperados por Lula na Bahia não se confirmaram.

Em relação a Rondônia e Amazonas, estados onde Garotinho obteve bom desempenho eleitoral, a reduzida transferência de votos para Lula parece

corresponder às divergências de opinião entre o candidato do PSB e pastores de algumas igrejas pentecostais, como a Assembléia de Deus, que aderiram a Serra, no segundo turno.

3. As eleições presidenciais na cidade do Rio de Janeiro

A análise das eleições presidenciais de 2002, por microrregiões, revelou significativas mudanças na geografia eleitoral brasileira, com o crescimento de Lula num vasto espaço no interior do país, que, nas três eleições anteriores, votou em Collor e FHC. Como se sabe, algumas oligarquias regionais, rompidas com FHC, e sem condições de viabilizar um nome competitivo, que se constituísse numa alternativa à polarização existente entre os candidatos do PT e do PSDB, acabaram dando apoio a Lula, contribuindo assim para a sua vitória, nessas eleições.

Lula, porém, não apresenta significativos crescimentos apenas no interior do país, mas também nas capitais estaduais, vencendo, aliás, em todas elas, no primeiro e segundo turnos das eleições. Com o objetivo de investigar as transformações ocorridas na geografia eleitoral, numa grande capital, é que se vai realizar, a título de exemplo, um *zoom* sobre os bairros da cidade do Rio de Janeiro, através de mapas por zonas eleitorais.

O Rio de Janeiro conta com 4,24 milhões de eleitores, inscritos em 2000, que representam cerca de 4% do total do eleitorado brasileiro, se constituindo assim no segundo município mais importante do país, superado apenas pela cidade de São Paulo, que detém 6,5%. Ainda que isto possa parecer pouco, é bom lembrar que o percentual de eleitores do Rio se assemelha ao do Ceará (4,22%), oitavo Estado da Federação, quanto ao tamanho do eleitorado. Além disso, do ponto de vista local, o peso da cidade é muito importante, na medida em que ela concentra mais de 40% dos eleitores do estado, que, por sua vez, é o terceiro mais importante da Federação, ultrapassado somente por São Paulo e Minas Gerais.

3.1 Uma malha geográfica específica

Para se estudar os resultados das eleições na cidade do Rio de Janeiro, dispõe-se de dois níveis geográficos. O primeiro, muito detalhado, corresponde ao das 10066 seções eleitorais, divididas em 1407 lugares, o que torna a cartografia praticamente impossível de ser realizada. O segundo nível, mais agregado do ponto de vista geográfico, é o das 97 zonas eleitorais, delimitadas pelo TRE-RJ (Fig. 19, p. 318).

As zonas eleitorais formam, no entanto, uma malha específica, e não correspondem a nenhum dos espaços de gestão do território municipal, como,

por exemplo, os bairros (Fig. 20, p. 318). Elas possuem de 25000 a 75000 eleitores, e como a densidade de população é muito diferenciada no interior do próprio município, as suas superfícies variam, consideravelmente, entre o oeste, onde a malha é mais ampla, e o leste, onde ela se apresenta mais densa. Esta diferença de densidade coloca um problema de comunicação cartográfica, pois ela conduziria, se não se tomasse cuidado, a uma super-representação dos espaços menos densos, enquanto a parte mais urbanizada do município, e, portanto, a mais importante quanto ao número de eleitores, seria subdimensionada.

Várias soluções permitem resolver este problema, como, por exemplo, adotar escalas diferentes para a parte central e para a periferia, a fim de melhorar a leitura, mas isto prejudicaria a continuidade espacial. Nos mapas apresentados neste artigo, preferiu-se conservar uma mesma escala para o conjunto do município, mas, para não superdimensionar o peso eleitoral das zonas mais extensas, foram identificadas as áreas não habitadas, representadas por manchas cinzas. Tais espaços correspondem às principais montanhas, áreas agrícolas ou pantanosas, onde o número de eleitores é, naturalmente, muito reduzido.

3.2 *Dois indicadores sociodemográficos*

A especificidade da malha das zonas eleitorais torna difícil qualquer cruzamento com dados socioeconômicos, como aqueles fornecidos pelos recenseamentos da população e dos domicílios, uma vez que seria preciso, partindo-se dos setores censitários do IBGE, elaborar novas tabelas estatísticas que correspondessem a essas zonas. A fim de se procurar entender os resultados da eleição presidencial de 2002, foram realizados dois mapas sociodemográficos, a partir das características registradas no cadastro dos eleitores do TRE-RJ⁴.

O primeiro desses mapas traduz uma tipologia das zonas eleitorais, em função da repartição dos eleitores, por três grupos de idades: de 16 a 30 anos, de 31 a 60 anos e mais de 60 anos (Fig. 21, p. 319). Observa-se neste mapa uma nítida diferença entre a parte oeste do município, com eleitorado mais jovem, e a parte leste, com eleitorado mais velho. Os eleitores jovens estão mais presentes nos bairros de Santa Cruz, Campo Grande, Barra da Tijuca e Tanque. Encontra-se ainda uma estrutura semelhante a esta, na Ilha do Governador, na parte leste do município. Trata-se de espaços periféricos, mais distantes do centro, onde se tem verificado intenso processo de urbanização.

Na parte leste da cidade, observa-se, ao contrário, um gradiente norte-sul, uma vez que o limite setentrional do município apresenta eleitorado mais jovem do que o do Méier e Vila Isabel, que, por sua vez, possuem eleitorado mais jovem do que o de Copacabana e Ipanema.

O segundo mapa resultante do cadastro de eleitores do TRE-RJ apresenta uma tipologia da população, em função do seu nível de educação (Fig. 22, p. 320).

A estrutura que ela revela opõe bairros da zona oeste e do norte do município, caracterizados por níveis educacionais mais baixos, aos bairros da zona sul da cidade, cuja população apresenta melhores níveis educacionais.

Em resumo, esses mapas revelam como o espaço carioca é socialmente dividido, atravessado por dois gradientes, leste-oeste e norte-sul, que correspondem ao processo de urbanização da cidade e à proximidade do litoral. É a partir desses elementos estruturadores do espaço que é preciso analisar os mapas dos resultados obtidos por cada candidato.

3.3 Luiz Inácio Lula da Silva

Se fossem levados em conta apenas os resultados da eleição presidencial de 2002, o Rio de Janeiro seria considerado uma cidade de esquerda, uma vez que Lula obtém aí 47,2% dos votos no primeiro turno. Comparando-se com a eleição presidencial de 1998, observa-se que o candidato do PT ganha 5,1 pontos percentuais no Rio de Janeiro (Figs. 23 e 24, p. 321). De fato, Lula vem apresentando expressivo aumento em suas votações, ao longo das eleições presidenciais pós-ditadura militar, quando passou de 12,1%, no primeiro turno de 1989, para 27,2%, em 1994 e 42,1% em 1998.

As zonas eleitorais onde Lula obtém, em 2002, seus melhores percentuais (Fig. 25, p. 322) são aquelas onde o eleitorado é caracterizado, de um modo geral, por melhores níveis educacionais (Fig. 22, p. 320) e apresenta idade média mais elevada (Fig. 21, p. 319). Assim, são bairros de classe média, como Laranjeiras, Maracanã e Vila Isabel, que deram as maiores votações para Lula, em torno de 55%. Já em outros bairros de classe média, como Copacabana, as suas votações são um pouco menos elevadas, entre 45% e 50%, apesar do expressivo avanço de 15 a 20 pontos percentuais, da eleição de 1998 para a de 2002 (Fig. 26, p. 322). Chama a atenção, ainda, o avanço do candidato de esquerda em bairros *ricos e nobres* da cidade, como Ipanema, Leblon e Barra da Tijuca, onde Lula registra aumentos de 15 a 20 pontos percentuais, de 1998 a 2002, e alcança votações entre 35 e 45%.

Em contrapartida, o candidato do PT perde influência, em 2002, em toda a parte oeste da cidade e em algumas zonas eleitorais do norte do município. De modo geral, essas áreas correspondem a bairros com eleitores mais jovens e níveis de escolaridade mais baixos. Na eleição presidencial de 1998, foi aí que Lula obteve os seus mais elevados percentuais, graças ao apoio de Leonel Brizola. Nessas eleições, porém, os eleitores desses bairros populares preferiram votar em Anthony Garotinho, candidato do PSB.

3.4 Anthony Garotinho

Além do crescimento de Lula nos bairros da alta classe média da cidade, outro fato político que chama a atenção, na eleição presidencial de 2002, no Rio

de Janeiro, é o excelente desempenho de Garotinho (30,6%), sobretudo nos bairros populares da zona oeste e norte do município (Fig. 27, p. 323), tradicional reduto brizolista. Como se sabe, Garotinho, ao se transferir para o PSB, em 2001, levando com ele boa parte da máquina partidária pedetista, conquista um território que, desde 1982, vinha se mantendo fiel a Brizola, quando ele foi eleito, pela primeira vez, governador do estado.

Entretanto, o bom desempenho de Garotinho, nas zonas oeste e norte da cidade, não pode ser atribuído apenas à conquista da máquina partidária brizolista, mas também ao decidido apoio das igrejas pentecostais, que concentram nessa área do Rio a maior parte de seus fiéis (Fig. 28, p. 323). Assim, se nas eleições presidenciais anteriores os pentecostais apoiaram candidatos não-evangélicos, como Collor e FHC, em 2002 eles se sentiram mais motivados a votar em Garotinho, um político que realizou uma campanha eleitoral com uma forte marca evangélica.

3.5 José Serra

José Serra é o grande perdedor das eleições presidenciais de 2002 na cidade do Rio de Janeiro, onde ele obtém somente 10,7% dos votos válidos, menos da metade de sua média nacional, da ordem de 23,2%. Ao se comparar a sua votação com os percentuais alcançados por FHC, no Rio, em 1994 (47%) e em 1998 (40%), o fraco desempenho de Serra fica ainda mais evidente.

Analisando-se a distribuição de suas votações pelas zonas eleitorais da cidade, observa-se que o candidato do PSDB apresenta seu melhor desempenho em bairros *ricos e nobres*, como Ipanema e Leblon, onde alcança percentuais que variam de 25% a 36% (Fig.29, p. 324). Além desses, ele se destaca ainda por votações superiores à sua média municipal no Flamengo e em Copacabana.

É nesses bairros da zona sul que Serra perde menos em relação aos resultados de FHC, em 1998 (Fig. 30, p. 324), uma vez que ele apresenta percentuais inferiores aos do ex-presidente em todas as zonas eleitorais da cidade. Chega mesmo a registrar diferenças negativas de mais de 30 pontos percentuais, tanto em bairros da alta classe média, como a Barra da Tijuca, quanto em bairros populares da zona oeste e norte do município.

Diante disso, cabe indagar o que teria acontecido ao candidato do PSDB para que houvesse uma redução tão grande dos seus percentuais de votação, em 2002, em relação ao seu correligionário FHC, em 1998, em todas as zonas eleitorais do Rio de Janeiro. Poder-se-ia pensar que boa parte do eleitorado dos *bairros ricos* estaria decepcionada com os rumos do Plano Real. Além disso, Serra não contou, nos bairros populares, com a máquina eleitoral pentecostal, que, nestas eleições, deu o seu apoio a Garotinho, ao contrário do que havia feito, em 1994 e 1998, sustentando FHC.

3.6 *Ciro Gomes*

Situado em quarto lugar no Rio de Janeiro, com 10,6% dos votos válidos, *Ciro* obtém desempenho ligeiramente inferior ao de 1998, quando alcançou 12,6%. Suas melhores votações encontram-se em bairros de classe média da zona sul, como Copacabana e Botafogo, e da zona norte, como Tijuca e Maracanã (Fig. 31, p. 325). Já nos bairros populares da zona oeste e do norte do município, o candidato do PPS apresenta os seus piores desempenhos eleitorais, uma vez que nessas áreas os eleitores votaram, majoritariamente, em *Garotinho*.

Em relação à sua votação em 1998, *Ciro* tem os seus percentuais ligeiramente aumentados na Barra da Tijuca, Ipanema e Copacabana, e reduzidos no leste da cidade (Fig. 32, p. 325), área onde *Lula* alcançou suas melhores votações.

Apesar de *Ciro* ter tido o apoio do PDT, ele acabou vítima da agonia do brizolismo que nos últimos dez anos perdeu importantes líderes partidários, como *Cesar Maia* em 1992, *Marcelo Alencar* em 1994 e *Garotinho* em 2001. Ao romperem com *Brizola*, cada um desses líderes dissidentes leva consigo uma fração do partido.

Assim, o apoio de *Brizola*, que poderia alavancar a candidatura de *Ciro* na cidade, na verdade nada lhe acrescentou, já que teve os seus percentuais de votos reduzidos, de 1998 para 2002. Pode-se concluir, portanto, que a tentativa de *Ciro* de representar uma *terceira via*, entre o PT de *Lula* e o PSDB de *Serra*, não conseguiu se impor no município do Rio de Janeiro.

3.7 *A vitória de Lula no segundo turno*

Como se sabe, no primeiro turno das eleições presidenciais de 2002, no Rio de Janeiro, observa-se a consolidação de *Lula* nas camadas médias da população, o deslocamento do voto popular em direção a *Garotinho*, o mau desempenho de *Serra* em quase toda a cidade e a estagnação de *Ciro*. Já no segundo turno, *Lula* vence de modo espetacular ao atingir 81% dos votos, superando, inclusive, o seu excelente desempenho do segundo turno de 1989, quando, com o apoio de *Brizola*, no auge do seu prestígio, alcançou 73% dos votos válidos na cidade.

O crescimento de *Lula* no segundo turno traz profundas mudanças na sua geografia eleitoral (Fig. 33, p. 326), em relação ao primeiro turno. Assim, chama a atenção a maciça votação obtida por *Lula*, nos bairros da zona oeste e do norte do município, ao contrário do primeiro turno, quando o candidato do PT obteve seus melhores percentuais em bairros de classe média da cidade.

No entanto, apesar da votação espetacular obtida por *Lula* no segundo turno, a transferência de votos dos quatro candidatos derrotados que lhe declararam apoio não foi completa, embora muito elevada. Assim, o mapa das diferenças entre as porcentagens que *Lula* poderia esperar e as que ele efetivamente obteve, no segundo turno (Fig. 34, p. 326), mostra que a não-transferência de votos

ocorre em toda a cidade. Em bairros de classe média, como Copacabana e São Conrado, por exemplo, o eleitorado mais *conservador* que apoiou Ciro, não seguiu as suas recomendações de votar em Lula, provavelmente porque o candidato do PT, mesmo em sua versão moderada, continuava sendo visto como um radical de esquerda.

Já nos bairros populares da zona oeste da cidade, apesar dos apelos de Garotinho, Lula também não consegue a transferência total de votos. Isto se deve, em grande parte, às divergências que se verificaram entre os evangélicos pentecostais, que, no segundo turno, se dividiram em relação aos dois candidatos: enquanto a Igreja Universal do Reino de Deus apoiou Lula, a Assembléia de Deus sustentou Serra.

4. Conclusão

Como vimos, para vencer as eleições presidenciais de 2002 o postulante do PT tinha, como principal desafio, superar o limite de um terço dos votos que os candidatos de esquerda, Lula e Brizola, haviam alcançado, como rivais ou aliados, nas eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998⁵. Ao longo desse processo, esses dois líderes da esquerda brasileira apresentaram, porém, trajetórias opostas, pois, enquanto Lula revelou sistemático crescimento em suas votações, Brizola sofreu permanente declínio em seus percentuais⁶. Assim, pode-se supor que o crescimento de Lula, a cada pleito de que participa, tenha tido um caráter *endógeno*, uma vez que se deu no interior da própria esquerda, em decorrência dos fracassos eleitorais de Brizola. No entanto, apesar do indiscutível crescimento de Lula, nessas três eleições, para chegar à Presidência da República ele precisaria muito mais do que a terça parte dos votos obtidos pelas *forças progressistas*.

Com esse objetivo, Lula precisaria ter não só o apoio dos demais partidos de esquerda, mas também estabelecer alianças com partidos de direita, se não no primeiro turno das eleições, pelo menos, no segundo. Portanto, a grande incógnita no início da campanha presidencial de 2002 era saber se Lula conseguiria conquistar o apoio de parte da direita, ou se o campo *conservador* se recomporia em torno daquele candidato que chegasse ao segundo turno, José Serra ou Ciro Gomes.

Com efeito, a vitória espetacular de Lula no segundo turno (61,3%) demonstra que as forças *conservadoras* não foram capazes de se recompor em torno de Serra e que o sucesso do candidato do PT só foi possível graças à adesão de parte das oligarquias regionais à sua candidatura. Nesse sentido, a vitória de Lula não poderia ser considerada apenas como resultado do avanço dos partidos de esquerda, mas também como fruto da adesão de setores da direita que, rompidos com FHC, apoiaram o candidato do PT.

Essa mudança no comportamento eleitoral pôde ser observada através do mapeamento dos resultados das eleições de 2002, que mostrou o expressivo

crescimento de Lula em vastas áreas do interior do país, dominadas por oligarquias regionais, que, nas eleições anteriores, haviam votado maciçamente em Collor e FHC⁷.

Já o candidato *tucano* José Serra, não conseguiu manter as alianças bem sucedidas com as forças *conservadoras* que possibilitaram a vitória de FHC em 1994 e 1998. Assim, ele se mostrou incapaz de evitar a ruptura com o Partido da Frente Liberal (PFL), perdendo o apoio, entre outros, do senador Antônio Carlos Magalhães, da Bahia, e da governadora Roseana Sarney, do Maranhão. Além disso, o *hegemonismo dos tucanos paulistas* vinha incomodando líderes políticos de outros estados da federação, como os governadores Itamar Franco (PMDB), de Minas Gerais, e Tasso Jereissati (PSDB), do Ceará, que também negaram apoio ao candidato *tucano paulista*.

Porém, as dificuldades de Serra não se limitam, apenas, às oligarquias regionais, mas dizem respeito também à perda de apoio de setores religiosos *conservadores*, como os evangélicos pentecostais, que, nas eleições de 1994 e 1998, sustentaram FHC, e que, em 2002, aderiram a Anthony Garotinho.

A emergência política dos evangélicos pentecostais, através dos votos obtidos por Garotinho, é um fenômeno que chama a atenção por confundir filiação religiosa com escolhas partidárias. Com efeito, o resultado alcançado por Garotinho é mais impressionante na medida em que o seu partido, o PSB, só tinha boa implantação nos Estados de Pernambuco e do Rio de Janeiro.

Apesar do bom desempenho de Garotinho nas eleições de 2002, caso ele venha a se candidatar em 2006 à Presidência, precisaria desvincular a sua candidatura da marca pentecostal, pois, sendo os membros dessas confissões religiosas refratários ao ecumenismo, ele correria o risco de ser rejeitado pelos católicos, que se constituem na grande maioria dos eleitores do país. Aliás, nas eleições de 2002, onde o Brasil é mais católico, como no interior do Nordeste, em Minas Gerais e na Serra Gaúcha, Garotinho obteve desempenho inexpressivo⁸. Portanto, o candidato do PSB talvez acabe concluindo que o líder protestante Henrique IV tinha razão, quando afirmou, em 1593, que para chegar ao trono da França “Paris bem valia uma missa”.

Assim como Garotinho, Ciro Gomes sofreu com a falta de estruturas partidárias bem implantadas no país em apoio à sua candidatura. A partir das análises dos resultados eleitorais de 2002, constata-se que Ciro nunca representou uma verdadeira *terceira via*, diante das forças dominantes do PT de Lula e do PSDB de Serra, mas, simplesmente, a tentativa de alguns políticos de esquerda (PPS e PDT) e de direita (PTB e uma parte do PFL) de garantir a sobrevivência política de seus partidos, através de alianças ocasionais, como a da Frente Trabalhista. Esta estratégia, apoiada por forças muito heterogêneas, provocou, durante a campanha eleitoral, numerosas *derrapagens*, que Ciro não soube administrar; o que explicaria a sua estagnação, mantendo-o no mesmo nível que ele já havia alcançado em 1998.

Pode-se concluir da análise dos mapas de cada um dos principais candidatos, no primeiro turno da eleição presidencial de 2002, que houve importantes mudanças na geografia eleitoral do Brasil: a expansão territorial de Lula, a retração do espaço eleitoral do PSDB, a emergência política de um território pentecostal e o surgimento de bases eleitorais de Ciro na Amazônia.

Dentre essas mudanças, porém, a mais surpreendente é o excepcional desempenho de um candidato de esquerda, como Lula, nos *grotões* do país, que nas eleições anteriores, de 1989, 1994 e 1998, proporcionaram altas votações a candidatos apoiados pela direita, como Collor e FHC. Mas as surpresas dessas eleições não se limitam aos *grotões*. O estudo detalhado das eleições de 2002 no município do Rio de Janeiro mostrou também significativas mudanças no comportamento dos eleitores, como, por exemplo, o excelente desempenho de Lula em bairros *ricos e nobres* da cidade, tradicionalmente refratários a candidatos de esquerda⁹.

Qual seria o significado dessas transformações? Poder-se-ia ver nelas o resultado de um forte desejo de mudança? Seria o efeito de uma ruptura no seio da oligarquia brasileira? Representaria uma crise dos partidos tradicionais no Brasil? Ou seria o resultado de uma campanha de *marketing* político bem conduzida que apresentou Lula como um *socialista maduro*?

A eleição do candidato do PT à Presidência da República, no segundo turno, resulta, sem dúvida, da conjugação de diferentes fatores, com dosagens variadas de um estado a outro, de uma região a outra. Em qualquer hipótese, chama a atenção, pelo inusitado do fato, a vitória de um candidato de esquerda com o apoio de diversos setores da direita, tanto nos *grotões atrasados e pobres* do interior do Brasil, quanto nos *bairros modernos e ricos* da cidade do Rio de Janeiro.

Cesar Romero Jacob
Professor da PUC-Rio

Dora Rodrigues Hees
Professora da PUC-Rio

Philippe Waniez
Pesquisador do Instituto de Pesquisa para o
Desenvolvimento (IRD), Paris

Violette Brustlein
Engenheira do Centro de Pesquisa e
Documentação sobre a América Latina (CREDAL),
do Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS), Paris

Notas

★ Este artigo apresenta, em preto e branco, os mapas, em cores, contidos no CD-ROM Mapas Eleitorais da América Latina.

1. A este propósito ver: JACOB, C.; HEES, D.; WANIEZ, P. e BRUSTLEIN, V. As eleições presidenciais no Brasil pós-ditadura militar: continuidade e mudança na geografia eleitoral. *In: ALCEU*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, v.1, n. 1, 2000, pp. 102-151 e CD-ROM.

2. Os mapas apresentados neste artigo, e no CD-ROM que o acompanha, foram realizados graças à colaboração do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ), que forneceram os resultados oficiais dos dois turnos da eleição presidencial de 2002.

3. A este propósito ver: ALDÉ, Alessandra. As eleições presidenciais de 2002 nos jornais. *In: ALCEU*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, v.3, n. 6, 2003, pp. 93-118

4. O TRE-RJ atualiza, a cada eleição, os dados do seu cadastro sobre a idade do eleitorado, mas não as informações sobre escolaridade, uma vez que os eleitores não comunicam ao Tribunal as mudanças no seu nível de educação. Por essa razão, os dados sobre escolaridade devem ser analisados com cuidado. Esta é, no entanto, a única informação de que se dispõe sobre o nível de escolaridade dos eleitores.

5. Quando são somados os percentuais de Lula e Brizola, como rivais ou aliados, verifica-se que são, aproximadamente, os mesmos, isto é, 33,8%, em 1989, 30,2%, em 1994, e 31,7%, em 1998.

6. Lula apresentou sistemático crescimento, ao passar de 17,1%, no primeiro turno de 1989, para 27,0%, em 1994, e 31,7%, em 1998. Já Brizola recuou de 16,5% em 1989, para 3,2% em 1994. Em 1998, Brizola foi candidato a vice-presidente na chapa liderada por Lula.

7. A este propósito ver: JACOB, C.; HEES, D.; WANIEZ, P. e BRUSTLEIN, V. As eleições municipais e sua influência nas disputas presidenciais. *In: ALCEU*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, v.3, n. 5, 2002, pp. 135-181 e CD-ROM.

8. A este propósito ver: JACOB, C.; HEES, D.; BINGEMER, M.C.; PEREIRA, M.; WANIEZ, P. e BRUSTLEIN, V. *Atlas da Filiação Religiosa no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed PUC-Rio/Edições Loyola, 2003, no prelo.

9. O estudo feito para o Rio de Janeiro precisaria ser realizado também em outras grandes cidades do país, a fim de se verificar se nelas ocorrem mudanças semelhantes.

Referências bibliográficas

JACOB, C. R.; HEES, D. R.; WANIEZ, P. e BRUSTLEIN, V. As eleições presidenciais no Brasil pós-ditadura militar: continuidade e mudança na geografia eleitoral. *In: ALCEU*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, v.1, n. 1, 2000, pp. 102-151.

JACOB, C. R.; HEES, D. R.; WANIEZ, P. e BRUSTLEIN, V. As eleições municipais e sua influência nas disputas presidenciais. *In: ALCEU*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, v.3, n. 5, 2002, pp. 135-181.

NICOLAU, Jairo Marconi. *Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-94)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

SIEGFRIED, André. *Tableau politique de la France de l'Ouest*. Paris: Imprimerie Nationale, 1995.

SINGER, André. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2000.

WANIEZ, P.; BRUSTLEIN, V.; JACOB, C. R. e HEES, D. R. La géographie électorale du Brésil lors de l'élection présidentielle de 1994. *Cahiers des Amériques Latines*, Paris, n. 24, 1997, pp. 131-154.

WANIEZ, P.; BRUSTLEIN, V.; JACOB, C. R. e HEES, D. R. Une lecture du nouvel Atlas électorale du Brésil. *In: Lusotopie*, Paris, 2000, pp. 537-577.

WANIEZ, P.; BRUSTLEIN, V. e HEES, D. R. *Comunicação Cartográfica: o mapeamento dos resultados eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: PUC-Rio e São Paulo: Loyola, 2002.

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar os resultados da eleição presidencial de 2002, procurando investigar eventuais alterações na geografia eleitoral brasileira, em relação aos padrões já identificados no pleito de 1998. Para tal, os autores examinaram os resultados da eleição de 2002, no Brasil, por microrregiões geográficas, e no município do Rio de Janeiro, por zonas eleitorais. A análise dos mapas de cada um dos principais candidatos revelou que houve importantes mudanças na geografia eleitoral do país: a expansão territorial de Luiz Inácio Lula da Silva, a retração do espaço eleitoral do PSDB, a emergência política de um território pentecostal e o surgimento de bases eleitorais de Ciro Gomes na Amazônia.

Palavras-chave

Brasil, Rio de Janeiro, eleição presidencial, geografia eleitoral, microrregiões geográficas, zonas eleitorais.

Resumé

Cet article a pour objectif d'analyser les résultats de l'élection présidentielle de 2002, en cherchant à repérer d'éventuelles altérations dans la géographie électorale du Brésil, en relation avec les structures déjà identifiées lors du scrutin de 1998. Dans ce but, les auteurs examinent les résultats de l'élection de 2002, pour le Brésil, par micro-régions géographiques, et pour le *município* de Rio de Janeiro, par zones électorales. L'analyse des cartes de chacun des principaux candidats révèle que d'importantes transformations ont eu lieu dans le pays: l'expansion territoriale de Luiz Inácio Lula da Silva, la rétraction de l'espace électorale du PSDB, l'émergence politique d'un territoire pentecôtistes et le surgissement des bases électorales de Ciro Gomes en Amazonie.

Mots-clé

Brésil, Rio de Janeiro, élection présidentielle, géographie électorale, micro-régions géographiques, zones électorales.

Figuras 1 e 2

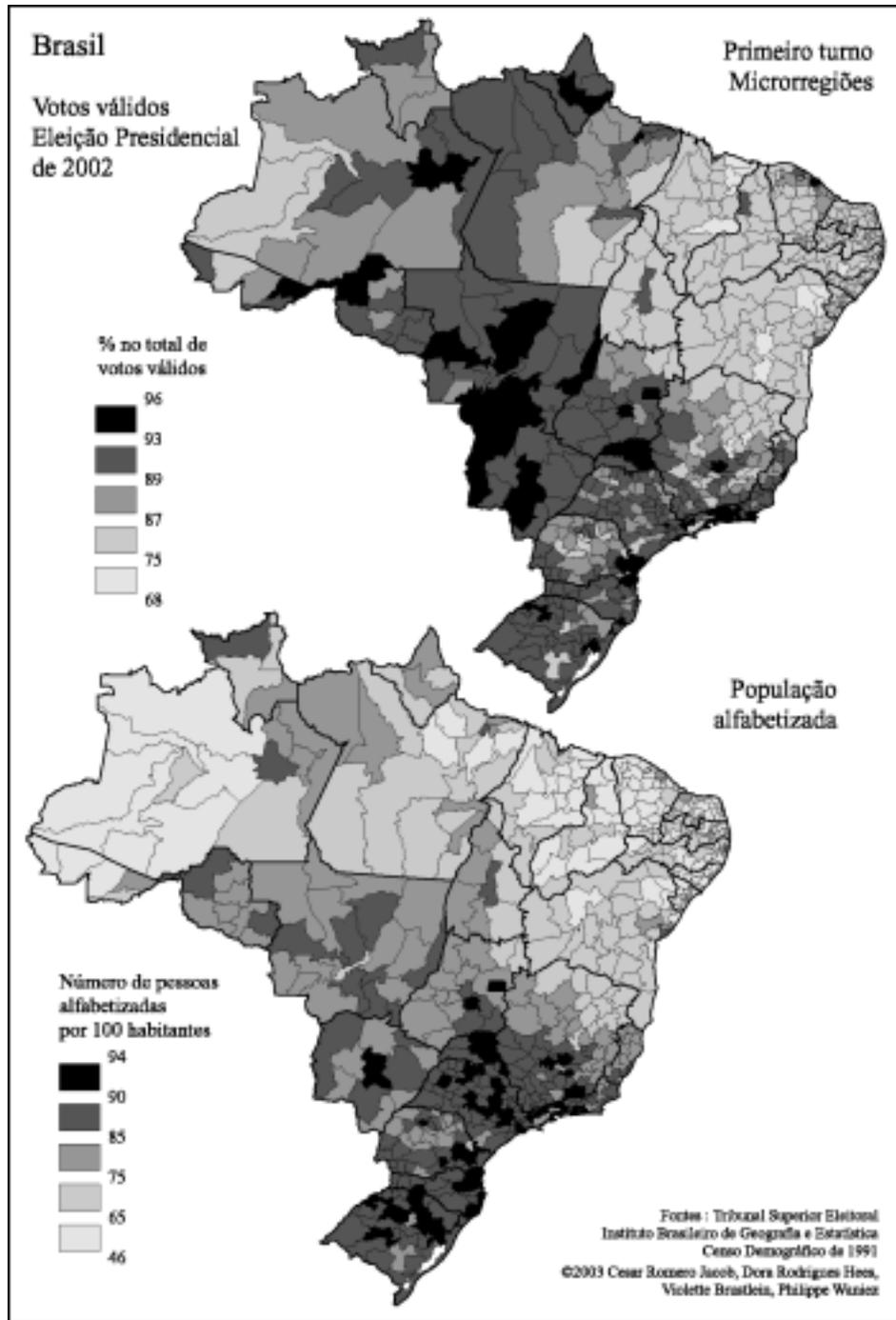


Figura 3

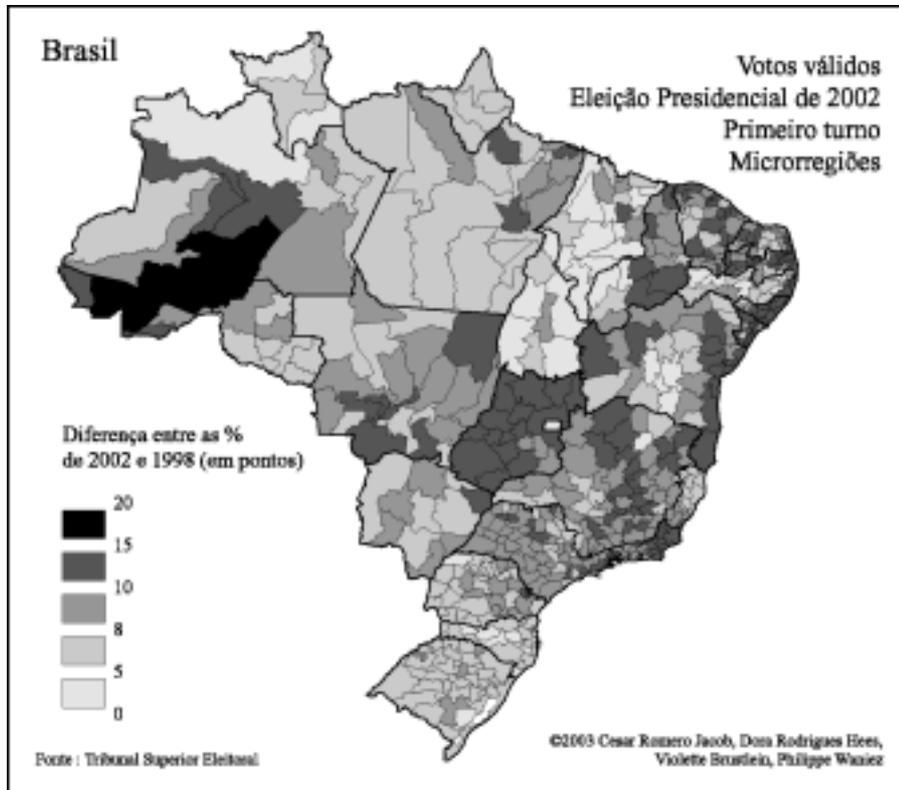


Figura 4



Figura 5 e 6

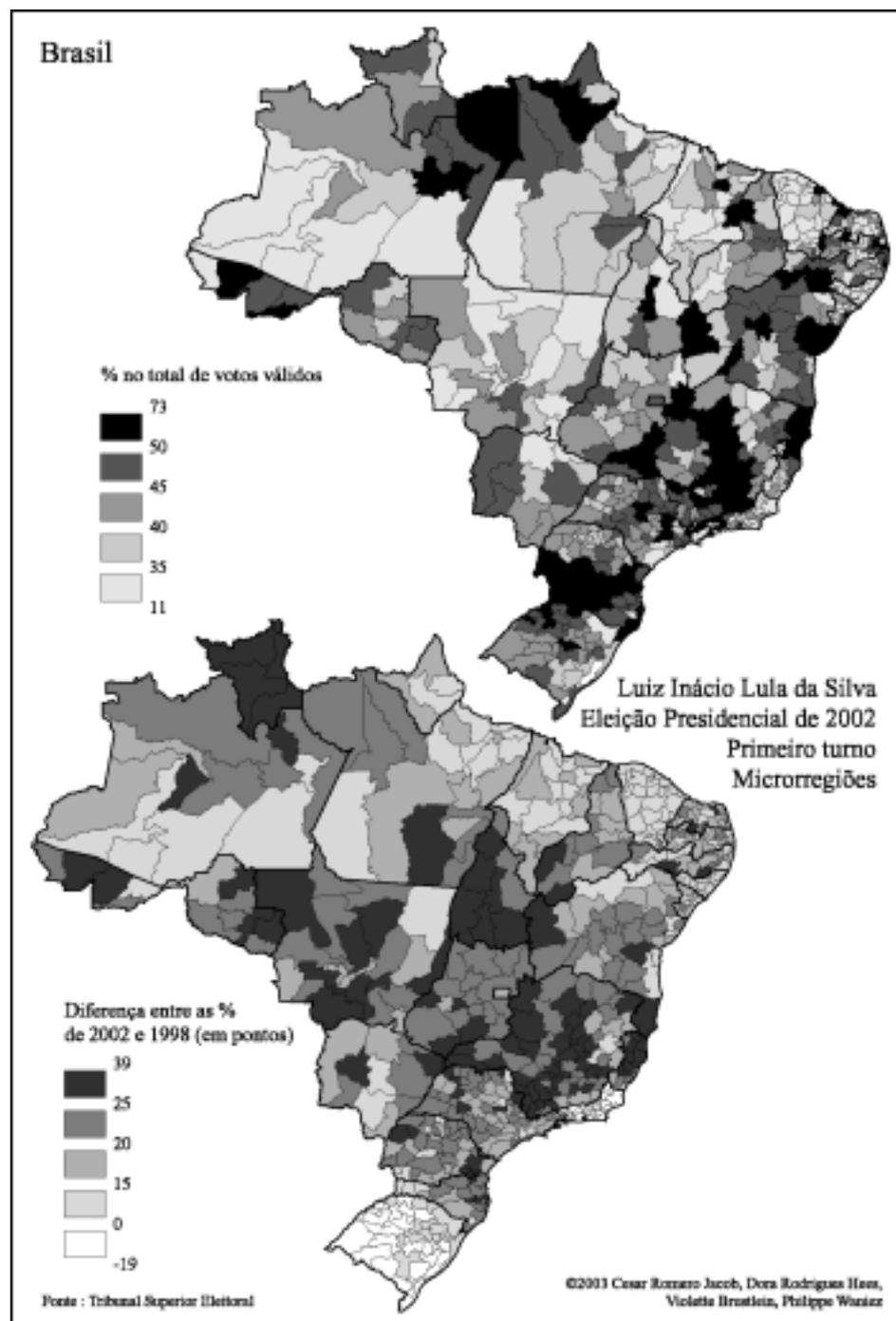


Figura 7

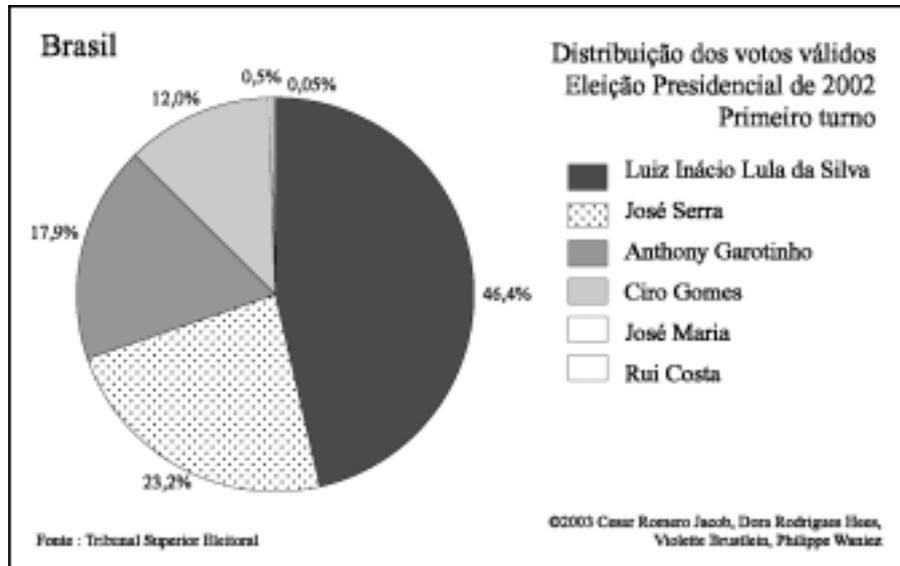
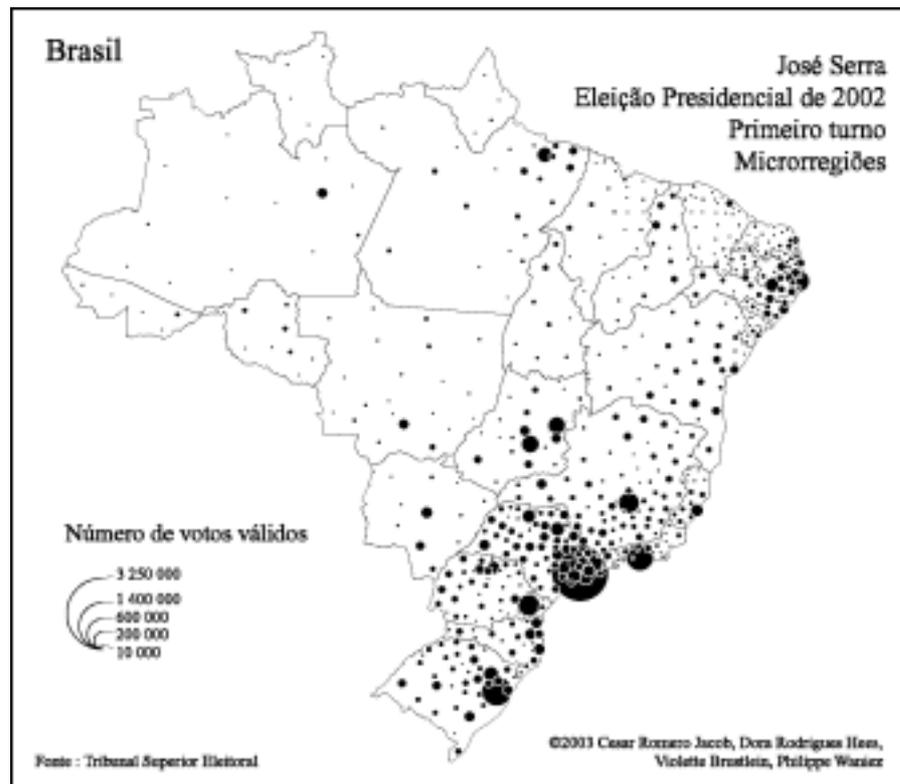


Figura 8



Figuras 9 e 10

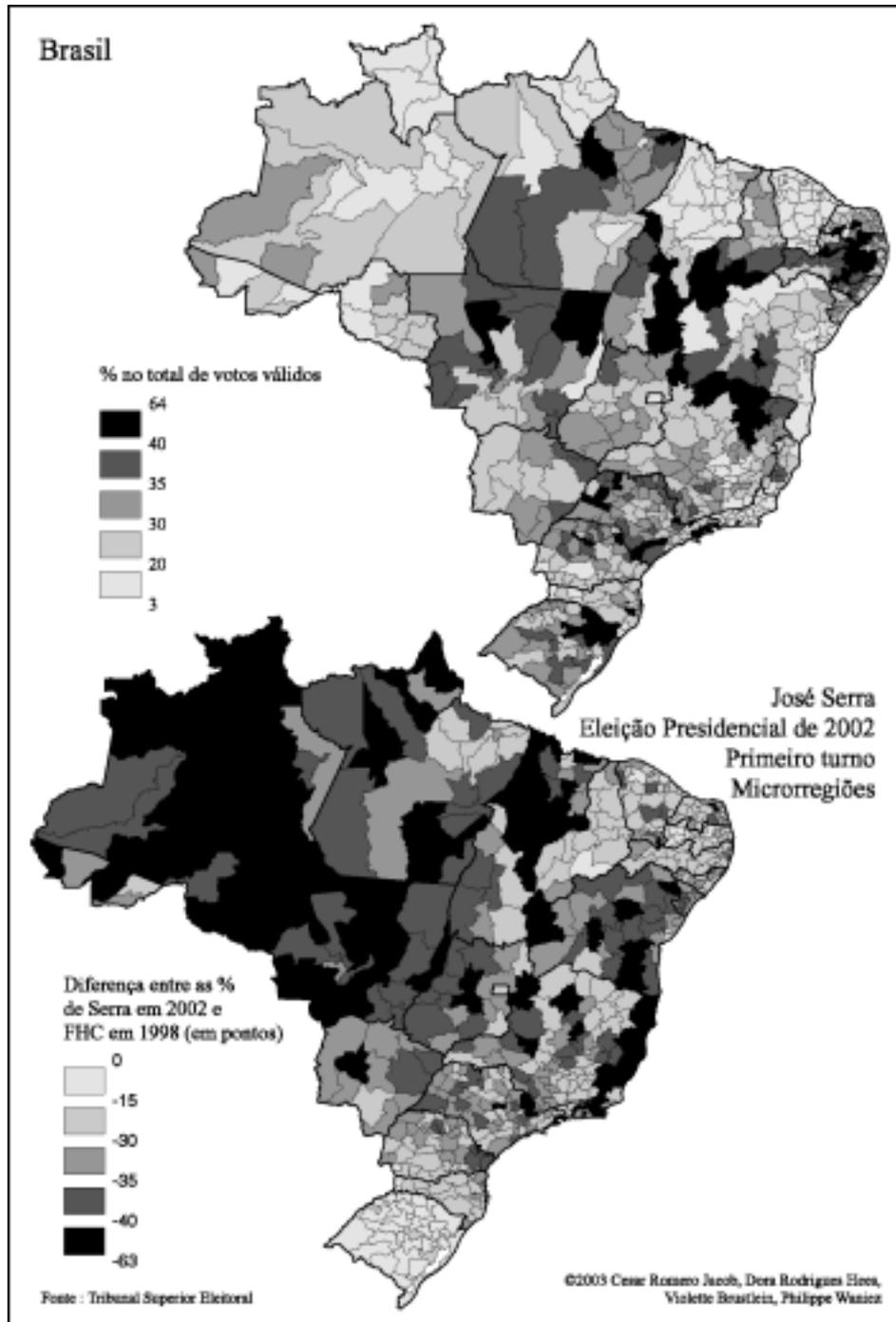


Figura 11



Figura 12 e 13

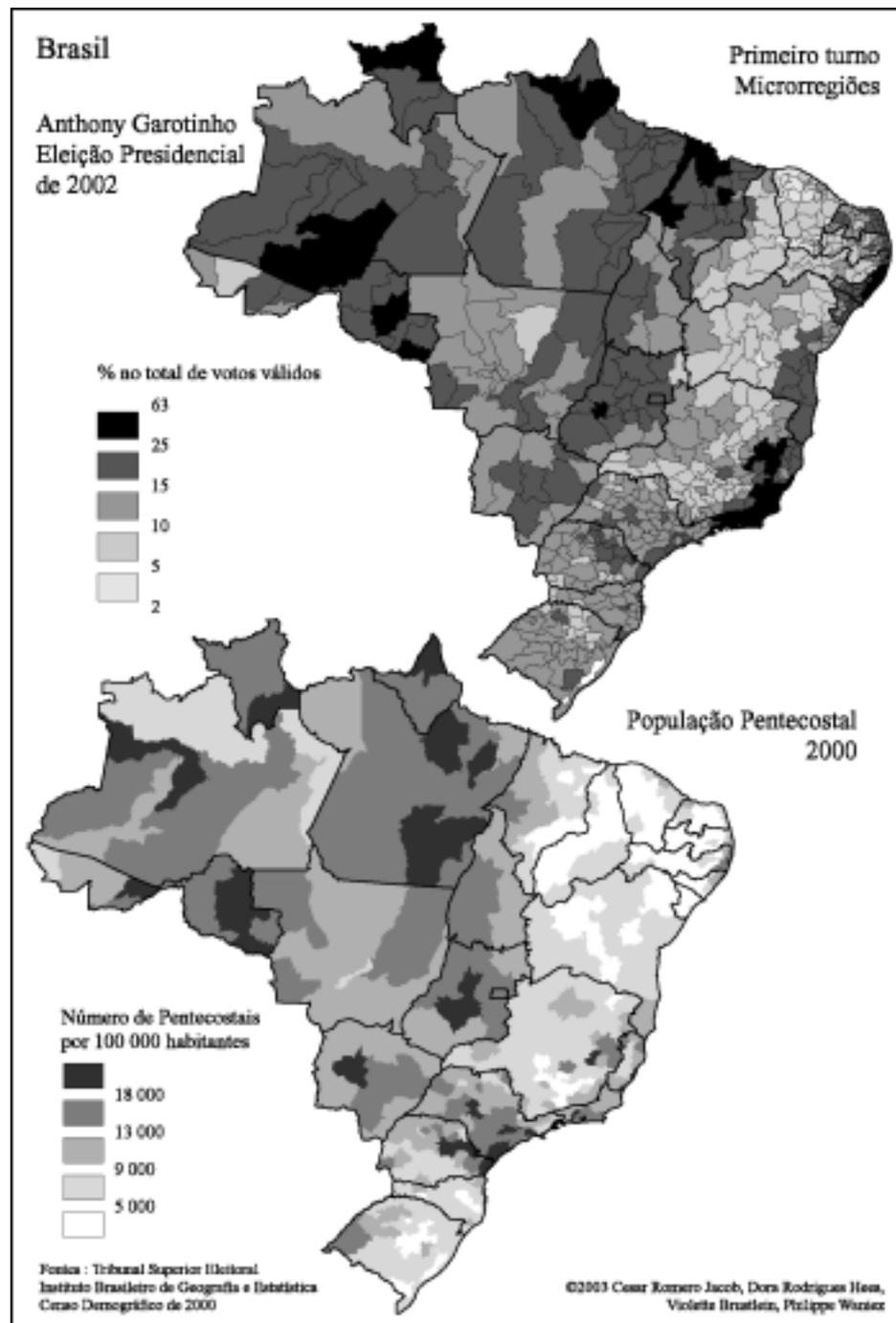


Figura 14

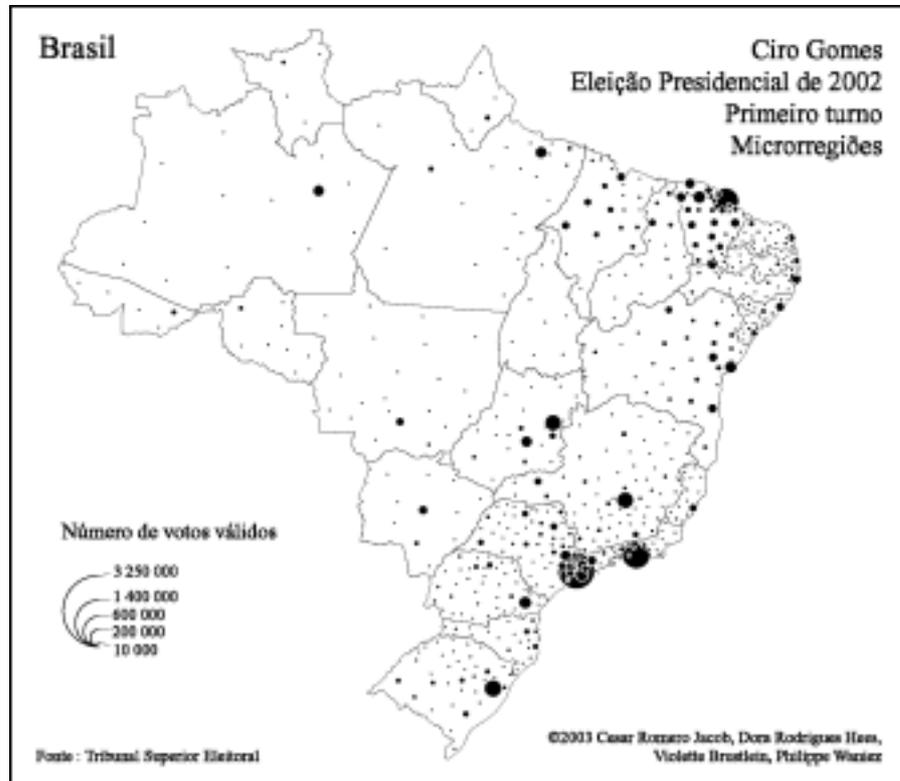


Figura 15 e 16

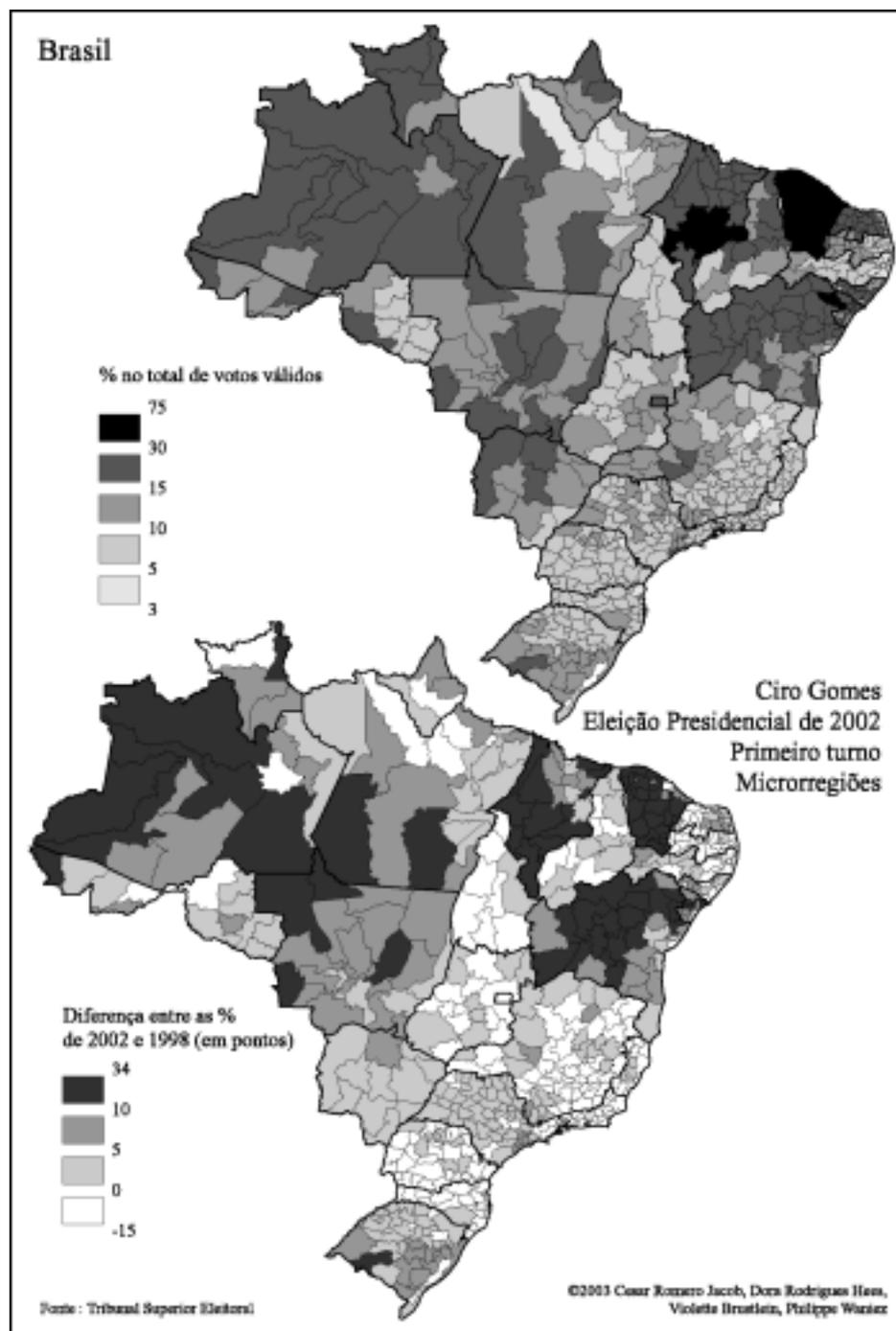
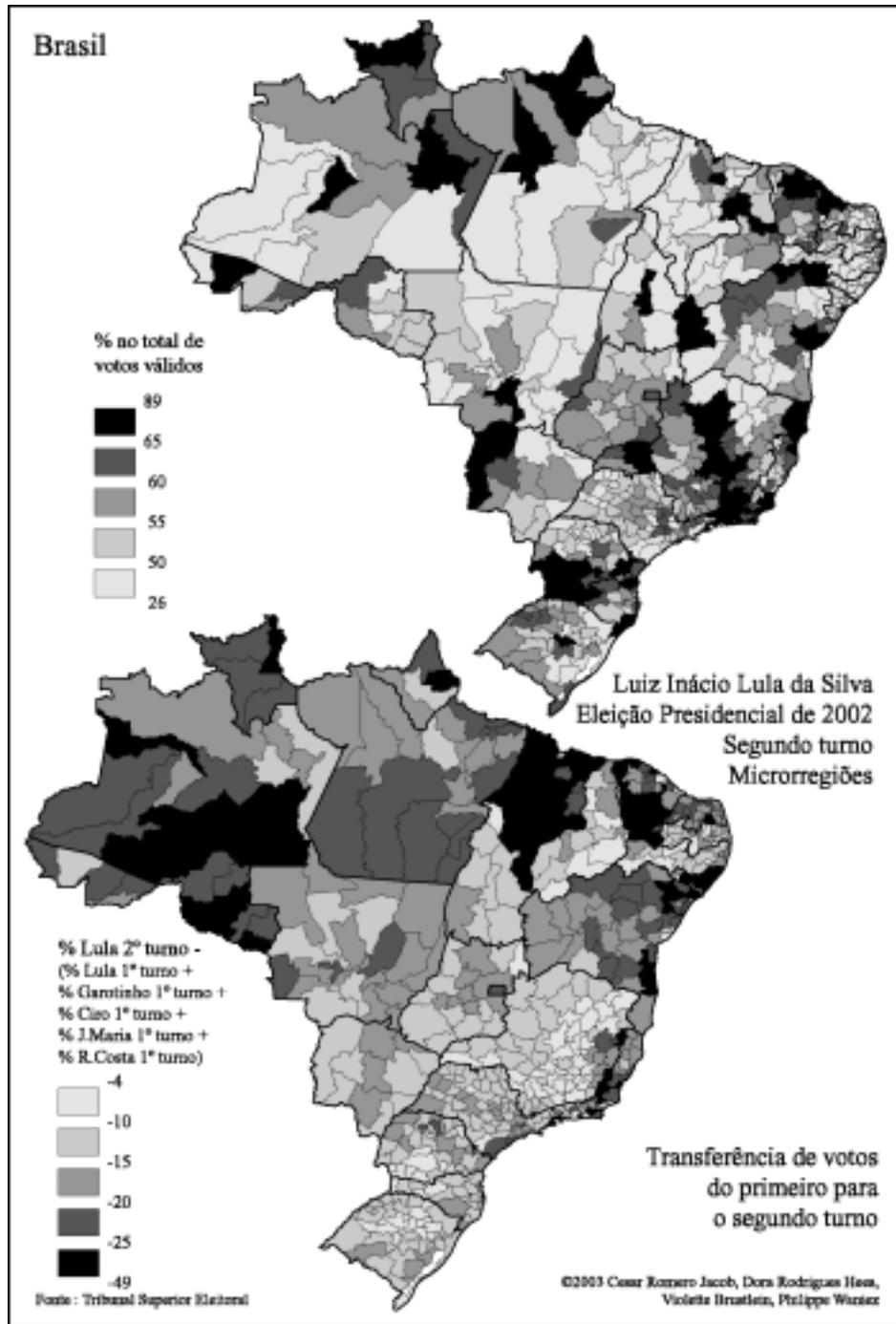


Figura 17 e 18



Figuras 19 e 20

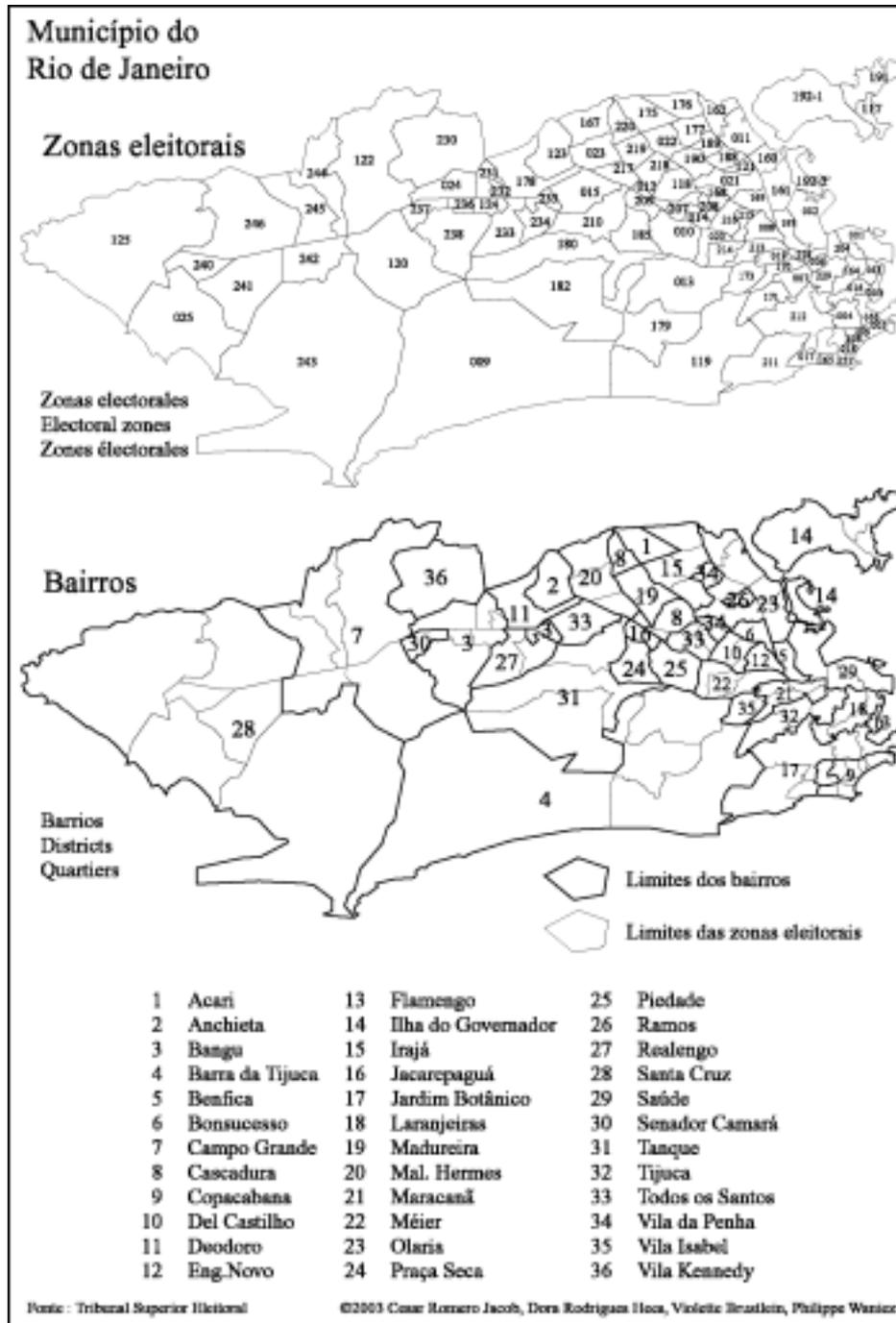


Figura 21

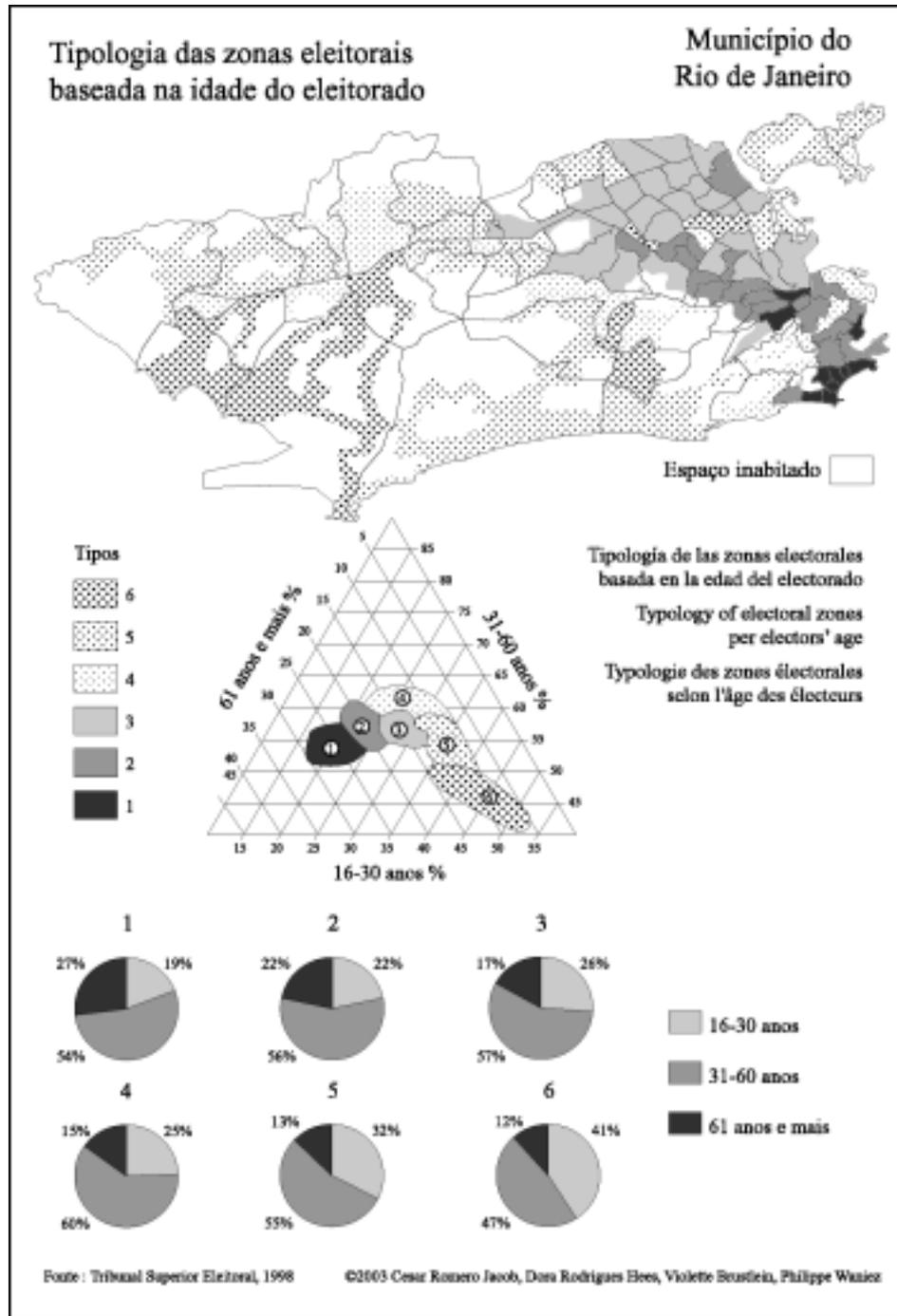
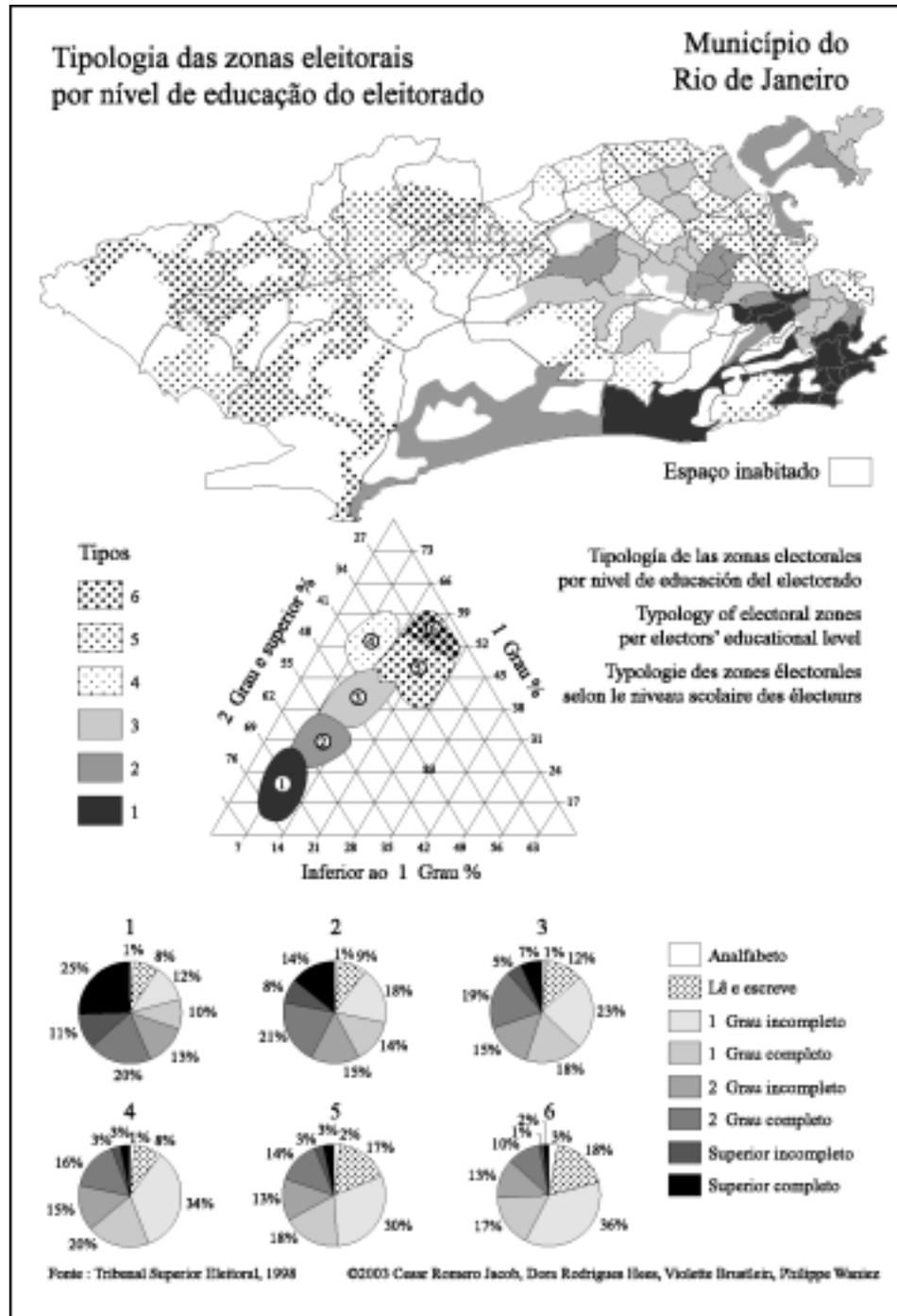
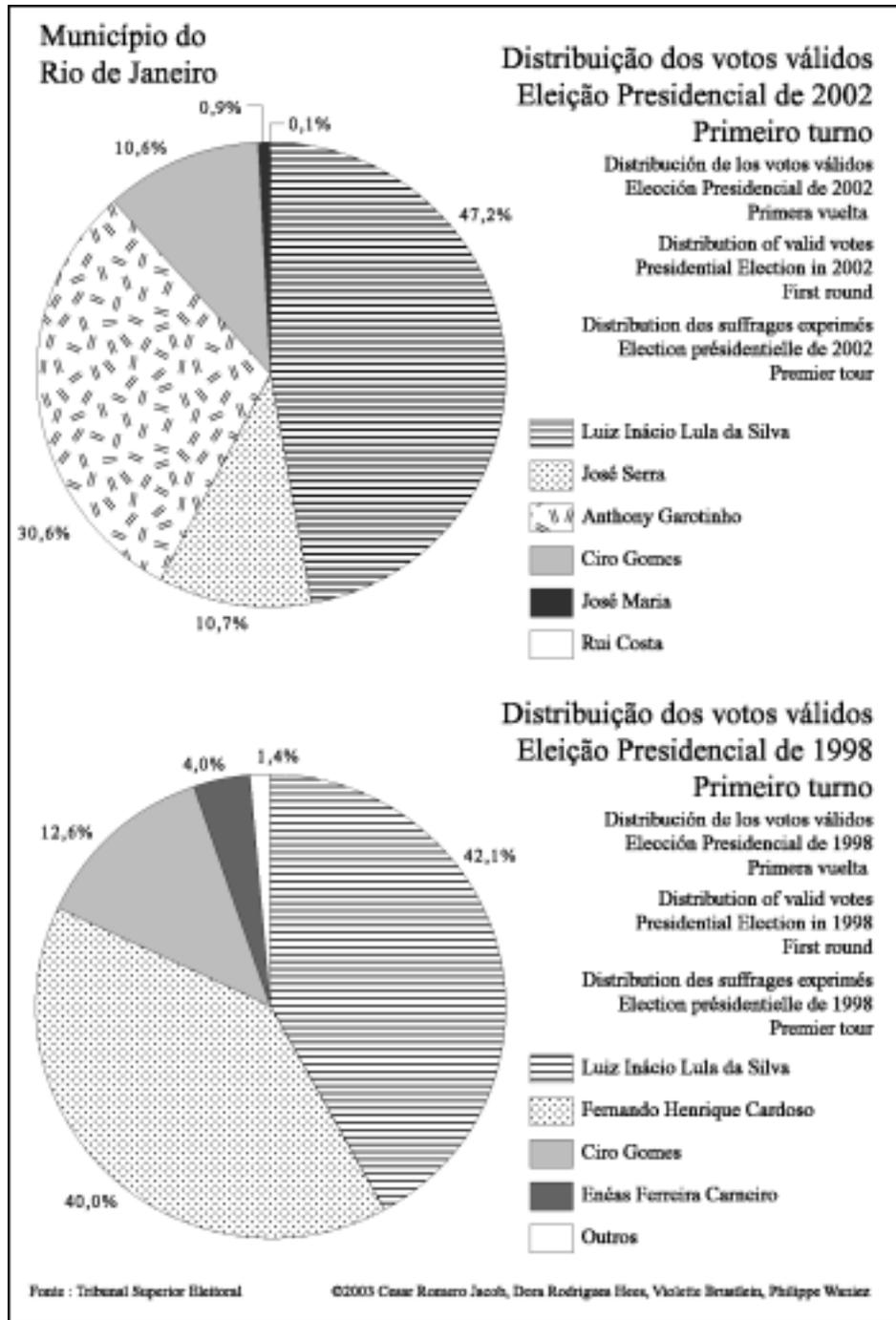
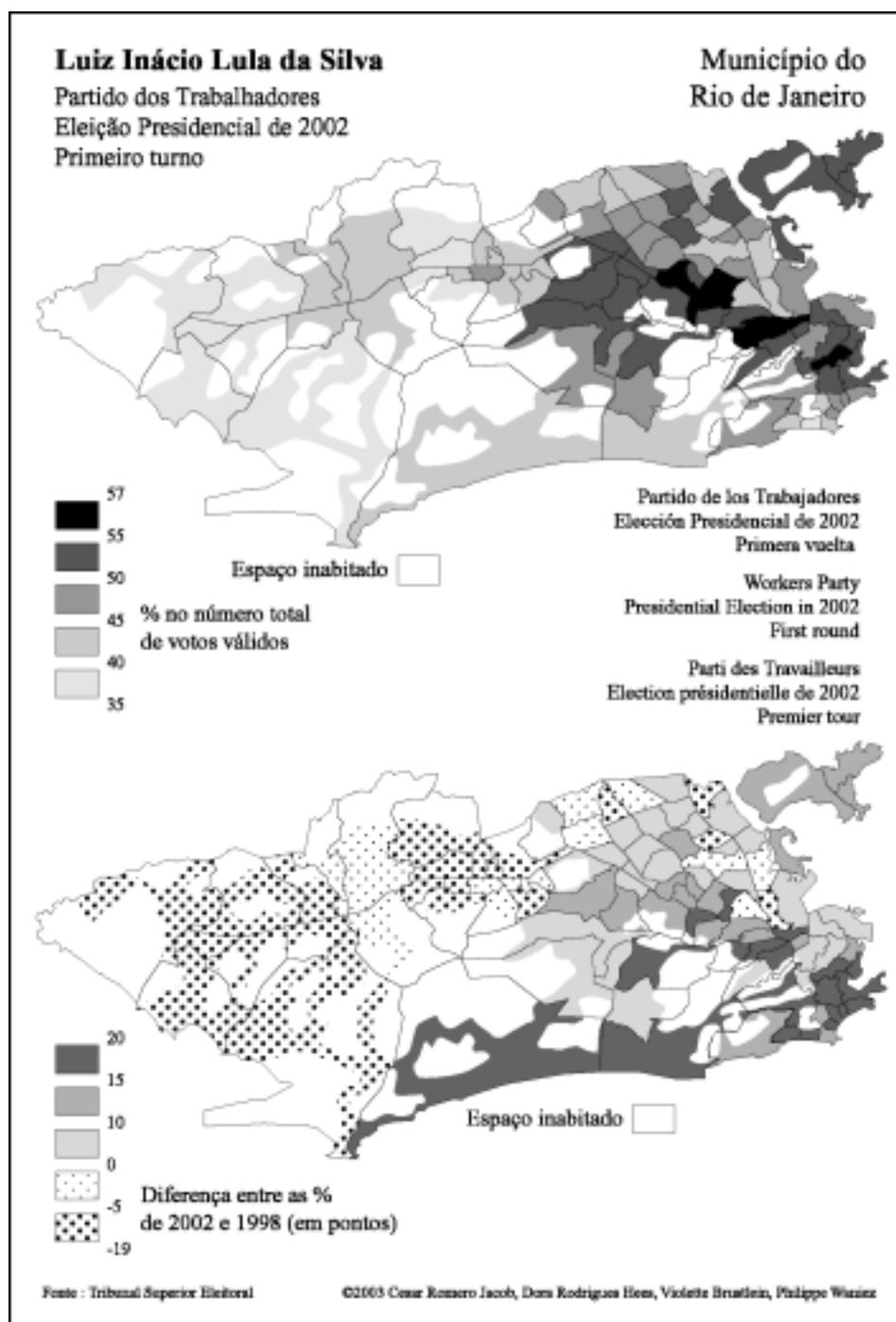


Figura 22

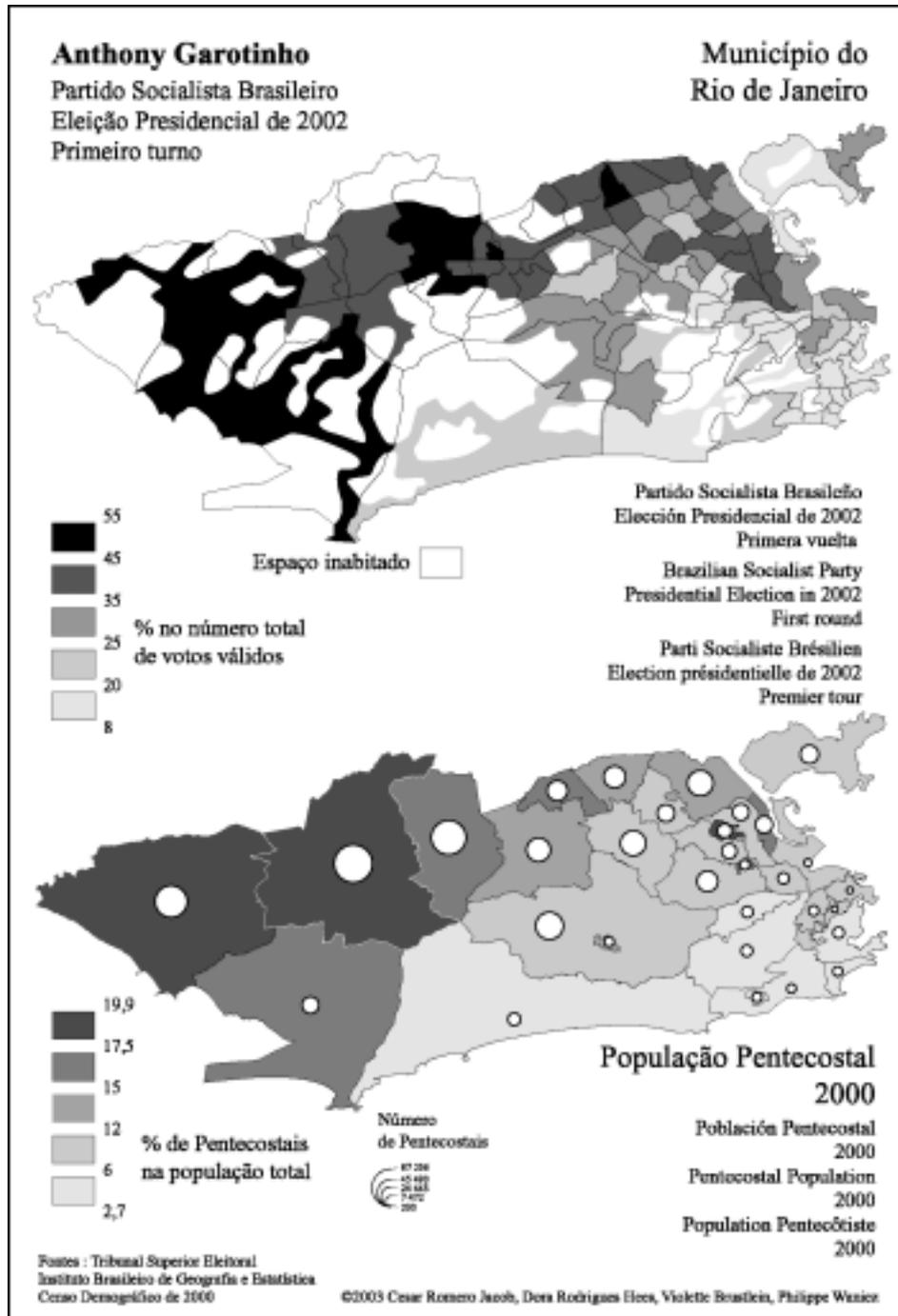




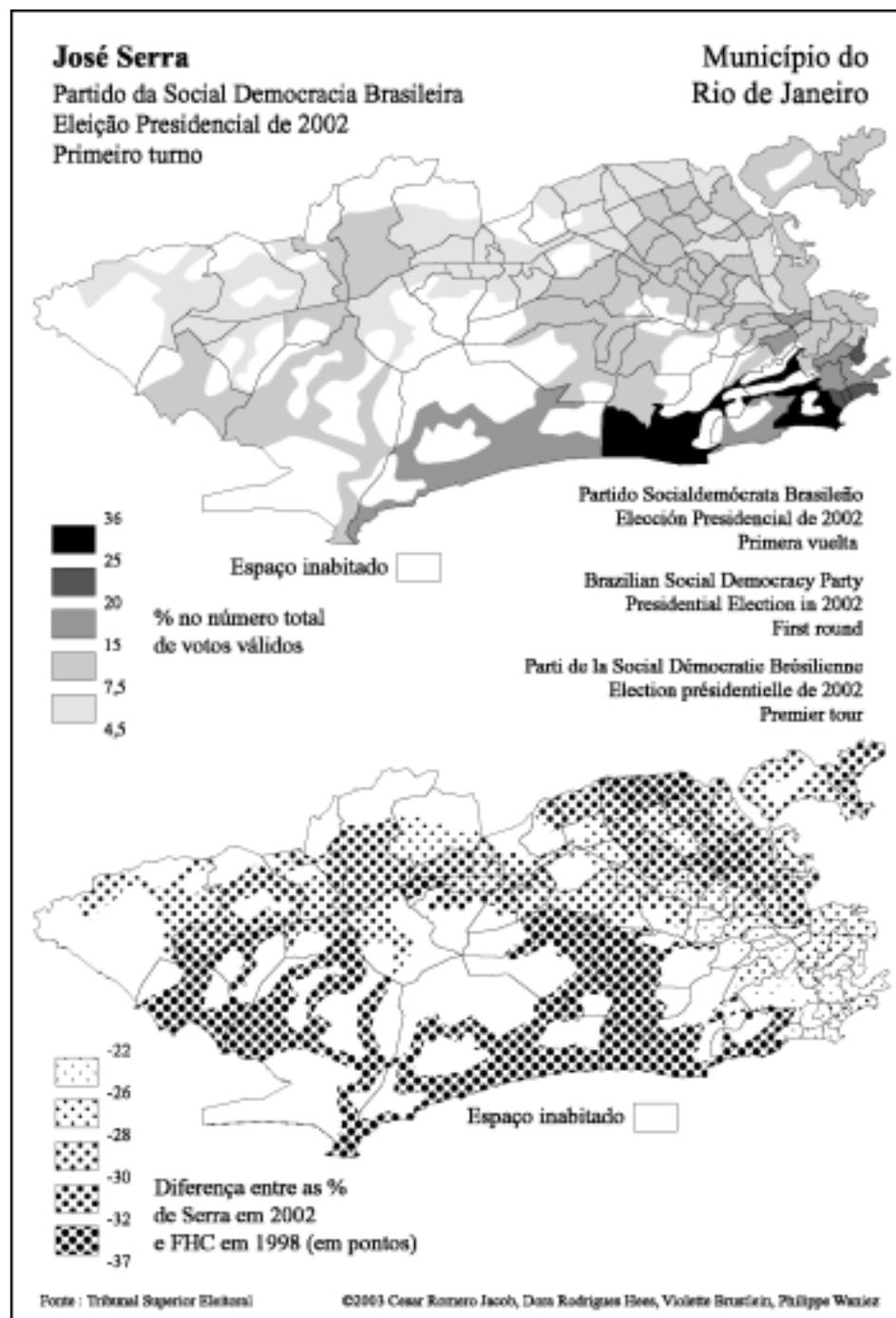
Figuras 25 e 26



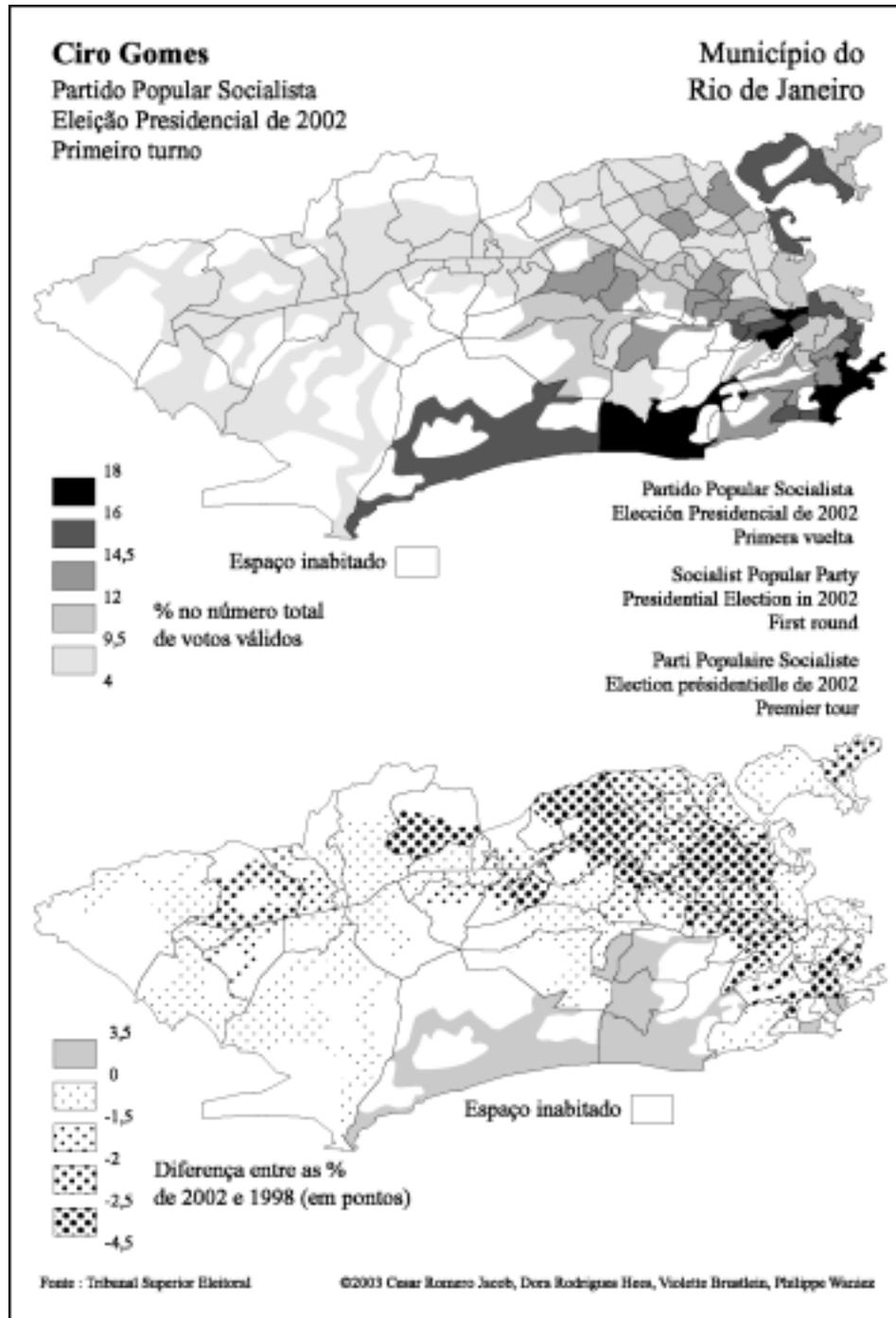
Figuras 27 e 28



Figuras 29 e 30



Figuras 31 e 32



Figuras 33 e 34

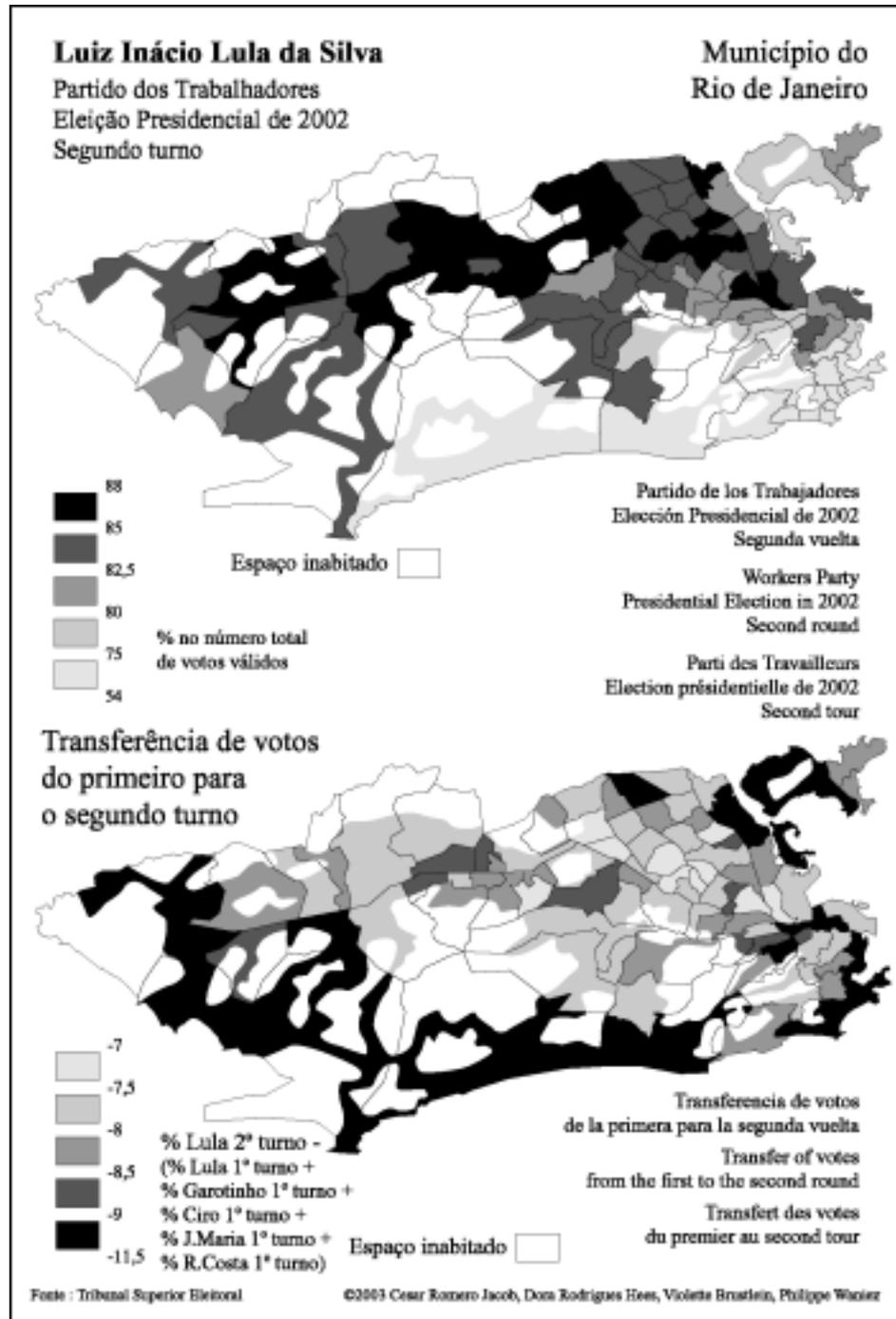


Figura 35

